



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO
LOCAL
(POSMEEX)

JADSON MINERVINO DA FONSECA

**PROCESSOS DE INCUBAÇÃO DE GRUPOS ASSOCIATIVOS, ASSISTÊNCIA
TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: O Caso da Associação dos Jangadeiros do
Pontal de Maracaípe, em Pernambuco.**

Recife
2013

JADSON MINERVINO DA FONSECA

PROCESSOS DE INCUBAÇÃO DE GRUPOS ASSOCIATIVOS, ASSISTÊNCIA
TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: O Caso da Associação dos Jangadeiros do Pontal
de Maracaípe, em Pernambuco.

Dissertação apresentada como exigência final do
Curso de Mestrado em Extensão Rural e
Desenvolvimento Local, da Universidade Federal
Rural de Pernambuco (UFRPE), como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre em
Extensão Rural e Desenvolvimento Local.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Irenilda de Souza
Lima.

Recife
2013

Ficha catalográfica

F676p Fonseca, Jadson Minervino da
Processos de incubação de grupos associativos, assistência técnica e extensão rural: o caso da Associação dos Jangadeiros do Pontal de Maracaípe, em Pernambuco / Jadson Minervino da Fonseca. – Recife, 2013.
98 f. : il.

Orientadora: Irenilda de Souza Lima.
Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação, Recife, 2013.
Inclui referências e apêndice(s).

1. Incubação 2. Extensão rural 3. Extensão universitária
4. Economia solidária 5. Desenvolvimento local I. Lima, Irenilda de Souza, orientadora II. Título

CDD 630.717

JADSON MINERVINO DA FONSECA

PROCESSOS DE INCUBAÇÃO DE GRUPOS ASSOCIATIVOS, ASSISTÊNCIA
TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: O Caso da Associação dos Jangadeiros do Pontal
de Maracaípe, em Pernambuco.

Dissertação apresentada como exigência final do
Curso de Mestrado em Extensão Rural e
Desenvolvimento Local, da Universidade Federal
Rural de Pernambuco (UFRPE), como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre em
Extensão Rural e Desenvolvimento Local.

Aprovado em 29 de agosto de 2013

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a Irenilda de Souza Lima
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr. Paulo de Jesus
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr^a Betânia Maciel
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha
Universidade Federal de Pernambuco

Ao Meu avô, Luiz Minervino da Fonseca
In memoriam

AGRADECIMENTOS

Não poderia iniciar de outra forma, que não fosse agradecendo a minha Orientadora, Prof^a Dr^a Irenilda de Souza Lima, por acreditar em minha proposta de estudo, por sua disponibilidade de acompanhar com dedicação todas as etapas desse processo de construção, por toda a sua compreensão e paciência. Expresso, aqui, meu profundo agradecimento e admiração.

Ao Professor, Paulo de Jesus, agradeço por ter me dado a oportunidade de cursar sua disciplina como aluno ouvinte. Agradeço, também, pelas oportunidades profissionais proporcionadas, o que, de certa forma, possibilitou participar do Projeto PORTURISMO-ECOSOL. Agradeço, principalmente, por toda a sua amizade demonstrada com gestos fraternos de compreensão e solidariedade. Expresso meu profundo respeito e gratidão.

Aos professores, Betânia Maciel e José Nunes, pelas valiosas contribuições na qualificação deste trabalho.

A todos os meus professores doutores, do Programa de Extensão Rural e Desenvolvimento Local - POSMEX, Maria Luiza Pires, Ângelo Brás Callou, Salett Taulk, Betânia Maciel e Ulda Stadler.

Ao Professor, Dr. Heitor da Costa Lima, por ter aceitado o convite para participar da banca de defesa da minha dissertação do mestrado.

A todos os colegas do POSMEX, da turma 2011, pelo que aprendi durante o convívio e nas trocas de saberes, em especial, a minha amiga Ana Paula Amorim, pelo companheirismo e amizade sincera.

Aos meus amigos da INCUBACOOOP, em especial, Cirdes Moreira, Guilherme Vasconcelos, João Paulo, Robson Campelo, Sônia Quitela, Suzana Matos, Antonio Gomes, Anilma Cavalcanti e o Professor Paulo de Jesus.

A todos os funcionários do Departamento de Educação- DED, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, especialmente Darci, Jerry e Marinês.

Aos Jangadeiros do Pontal de Maracaípe, que muito bem me acolheram nas ações do Projeto PORTURISMO-ECOSOL. Em especial, agradeço aos amigos Daniel, Júnior, Dadal, José e Samuel, pela oportunidade de conviver e conhecer.

Ao Professor, Alilton Gomes, pela compreensão e valiosa contribuição na finalização deste trabalho.

Aos meus pais, José Minervino da Fonseca e Elza Maria Silva da Fonseca, pela educação que me deram.

Aos meus irmãos, Jeidson, Ednalva, Ednelma, e minha sobrinha, Elloisy, que, de uma forma ou de outra, me apoiaram nesse percurso.

A meu filho Vinícius, meu enteado Gabriel e minha Companheira Ana Paula, pelo amor e por ter compreendido minha ausência e falta de atenção para com eles, quando me isolava para me concentrar nos estudos.

Por fim, um agradecimento muito especial para todas as pessoas que entraram na minha vida durante a elaboração desta dissertação, e muitas vezes, naqueles momentos em que eu estava consideravelmente cansado e preocupado, estiveram ao meu lado, me acalmaram e me deram força para prosseguir nessa caminhada.

“De tudo ficam três coisas:
A certeza que estamos sempre começando,
A certeza que é preciso continuar,
E a certeza que podemos ser interrompidos antes de terminar.
Fazer da interrupção um novo caminho,
Fazer da queda um passo de dança,
Do medo, uma escada,
Do sonho, uma ponte,
E da procura um encontro”.

(FERNANDO SABINO)

RESUMO

A finalidade dessa Dissertação é contribuir para a compreensão de um modelo de Extensão Universitária, fundamentado nos moldes do processo de incubação e nos princípios da Economia Solidária, que possa subsidiar para a definição de uma abordagem no campo da Assistência Técnica e Extensão Rural, no contexto de comunidades tradicionais, de modo que os resultados possam revelar a singularidade das ações de incubação a grupos populares, numa perspectiva da extensão rural com vistas ao desenvolvimento local. Neste sentido, estudamos um grupo de Jangadeiros, no momento em que se organizam para desenvolver as atividades produtivas, no contexto de turismo, numa comunidade de pescadores, da Associação dos Jangadeiros do Pontal de Maracaípe, localizada no litoral Sul do estado de Pernambuco, no Município de Ipojuca. O objetivo geral foi analisar o processo de incubação desenvolvido junto a essa Associação, relacionando a incubação com a abordagem de Assistência Técnica e Extensão Rural. Em termos metodológicos, esta pesquisa se caracteriza como qualitativa e como um estudo de caso. Nos procedimentos metodológicos foram utilizadas: entrevistas semi-estruturadas e observação direta. Os resultados dessa pesquisa demonstraram que a mudança da atividade pesqueira para atividade turística trouxe aumento na renda, nas condições de moradia e nas formas de participação e organização política, e que o saber tradicional do pescador proporcionou-lhe um melhor desempenho na nova atividade como jangadeiro. Foi possível constatar que a criação da Associação proporcionou aspectos positivos no tocante à melhoria da qualidade de vida na comunidade. Ao mesmo tempo, observou-se que a experiência do processo de Incubação junto a um grupo de pescadores e ex-pescadores constituiu-se como um cenário de possibilidades para a Extensão Rural, na medida em que pode promover o turismo numa perspectiva da economia solidária, apresentando-se como indutor na construção do desenvolvimento local.

Palavras-chave: Incubação; Extensão Rural. Extensão Universitária. Economia Solidária. Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

The purpose of this Dissertation is to contribute to the understanding of a University Extension model based on templates of the incubation process and the principles of Solidarity Economy that can aid in definition of an approach in the field of Technical Assistance and Rural Extension, in the context of traditional communities so that the results may prove the uniqueness of the shares of incubation at popular groups in a perspective of rural extension aiming at the local development. In this sense, we studied a group of Rafters, by the time they organize to develop the productive activities in the context of tourism in a fishing community of the Association of Rafters of Depth Maracaípe, located on the southern coast of the state of Pernambuco, in the Municipality of Ipojuca. The main objective was to analyze the incubation process developed with this Association relating to incubation with the approach of Technical Assistance and Rural Extension. Methodologically this research is characterized as qualitative and as a case study. In methodological procedures were used: semi-structured interviews and direct observation. The results of this research showed that the change in fishing activity for tourism brought increase in income, housing conditions and forms of participation and political organization, and that the traditional knowledge of the fisherman gave him the best performance in these new activities as jangadeiros. It was found that the creation of the Association provided aspects related to improving the quality of life in the community. At the same time, it was observed that the experience of the process of incubation with a group of fishermen and ex-fishermen constituted as a scenario of possibilities for Rural Extension so that it could promote the tourism in a perspective of solidarity economy, presenting itself as an inducer in the construction of local development.

Keywords: Incubation. Extension University Extension. Solidarity Economy. Local Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização do Município de Ipojuca-PE	51
Figura 2	Centro de Porto de Galinhas, Ipojuca-PE	52
Figura 3	Exibição do Cavalo-Marinho durante o Passeio de Jangada	54
Figura 4	Jangadeiro do Pontal de Maracaípe, Ipojuca-PE	56

LISTA DE SIGLAS

ACAR	Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural de Minas Gerais
AJPM	Associação dos Jangadeiros do Pontal de Maracaípe
ANATER	Agência Nacional de Extensão Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CPT	Cadeia Produtiva do Turismo
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FIDEM	Fundação de Desenvolvimento Municipal
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCUBACOOOP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
LABAQUAC	Laboratório de Aquicultura Marinha
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MTUR	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
PMI	Prefeitura Municipal de Ipojuca
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
POSMEEX	Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local
PORTURISMO –ECOSOL	Projeto de Incubação de Empreendimentos da Economia Solidária na Cadeia Produtiva do Turismo
RMR	Região Metropolitana do Recife
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	OBJETIVO GERAL	28
2.1	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	28
3	METODOLOGIA	29
3.1	COLETA DE DADOS.....	30
4	ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO	32
5	CAPITULO 1 - A INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES-INCUBACOOOP: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA/ INCUBAÇÃO E SUAS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES AO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	33
5.1	UM POUCO DA HISTÓRIA.....	33
5.2	INCUBAÇÃO: PRÁTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	36
5.3	AS ETAPAS E PRINCÍPIOS DO PROCESSO DE INCUBAÇÃO.....	39
5.4	AS POSSIBILIDADES DE DIALÓGO COM A PNATER.....	40
6	CAPITULO 2 - CONTEXTUALIZANDO O OBJETO DA PESQUISA	48
6.1	MUNICÍPIO DE IPOJUCA.....	48
6.2	QUEM SÃO OS JANGADEIROS?.....	54
6.3	POR QUE CHAMÁ-LOS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS?.....	57
7	CAPITULO 3 - A ASSOCIAÇÃO DE JANGADEIROS DO PONTAL DE MARACAÍPE E O TURISMO	59
7.1	O TURISMO.....	60
7.1.1	O Turismo solidário	61
7.1.2	O Turismo de base comunitária	63
7.2	COMO SE DEU ESSA INSERÇÃO NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO?.....	65
7.3	A ATUAÇÃO DA INCUBACOOOP.....	67
8	CAPITULO 4 - A FALA DOS JANGADEIROS	70
8.1	DE PESCADOR A JANGADEIRO.....	70
8.2	ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA POR QUE E PARA QUÊ?.....	75
8.3	ATUAÇÃO DA INCUBACOOOP: ESTRUTURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	79
9	CONCLUSÃO	84
	REFERÊNCIAS.....	88

APÊNDICES.....	9
----------------	---

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar as possíveis contribuições do processo de incubação, realizado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares-INCUBACOOOP/UFRPE, junto a um grupo de pescadores artesanais, entendidos aqui, de acordo com Ramalho (1999), como Jangadeiros, na região Nordeste do Brasil. Para subsidiar as discussões sobre uma abordagem de assistência técnica e extensão rural, isto ocorre no momento em que este grupo se organiza para desenvolver algumas atividades produtivas no contexto de turismo no Pontal de Maracaípe – Litoral Sul de Pernambuco.

É pertinente, inicialmente, apresentarmos aspectos referentes as categoria de pescadores. E nesse sentido, uma categoria que nos chama a atenção são pescadores artesanais.

Em Diegues (1995a), encontramos algumas particularidades que definem as formas diferenciadas de organização social dos pescadores. Apresentando três tipos de pescadores em sua classificação: pescadores-agricultores, pescadores artesanais e pescadores industriais. Para Marx, citado por Ramalho (2006), o termo pescador artesanal vincula-se à ideia de artesão, por ser este o idealizador dos instrumentos manejados.

Ainda para Ramalho (2006), o pescador artesanal torna-se portador de um conhecimento que lhe permite conduzir-se nos caminhos das águas com plena consciência sobre os ciclos destas e do meio ambiente, onde realiza o seu trabalho, sabendo distinguir o calendário lunar, os tipos de ventos, os cardumes e os melhores locais para a pescaria. Sem esse conhecimento, que é adquirido pela experiência de vida, não se faz pescador.

Corroborando com esse entendimento, Cunha (1988) considera que a pesca artesanal não depende apenas da posse material necessária para a realização da mesma. O ato de saber pescar envolve um conjunto de conhecimentos e códigos culturais, criados e recriados, individual ou socialmente, que são transmitidos de pai para filho. Percebe-se, também, nesse tipo de pescador, maiores referenciais de parentesco.

Questões como essas nos levam a perceber que nesta categoria de pescadores, o ato da pesca - muito mais que uma atividade para provimento de alimentos ou recursos financeiros – é sim um projeto de vida em meio às relações

sociais que se estabelecem nas comunidades pesqueiras. E desse modo, para Ramalho (2006), a pesca artesanal não pode ser vista apenas como uma consequência da interação do pescador com o meio ambiente e o modo como esses se organizam para se apropriarem do espaço natural. A atividade também assume configurações mediante confronto com o sistema econômico dominante.

Conforme Teixeira (1988), “os cercos capitalistas” produzem sérias consequências na categoria da pesca artesanal, colocando esses pescadores muitas vezes num “beco sem saída”, frente ao desenvolvimento do sistema de produção. Situação objetiva da subordinação frente ao desenvolvimento capitalista.

Contudo, partimos de algumas reflexões sobre a forma de como a sociedade contemporânea está organizada, tendo como elemento norteador o modo capitalista de gestão e produção. O modelo hegemônico está baseado na competição e na lei de mercado e, de alguma maneira, este paradigma de desenvolvimento tem influenciado muitos integrantes de comunidades pesqueiras a envolverem-se com grupos produtivos, visando, principalmente, o aumento de renda e melhores condições de vida.

Nas últimas décadas, as comunidades de pescadores artesanais têm-se pauperizado e isso se deve a muitos fatores ligados ao modelo de exploração econômica, que passa pela inviabilização de suas formas tradicionais de viverem e produzirem. Uma das mais fortes marcas da influência negativa do modelo capitalista sobre a vida e a prática das comunidades pesqueiras está na especulação imobiliária em áreas litorâneas, exploração predatória em áreas de pesca e depredação ambiental.

Assim, estes grupos de pescadores precisam recorrer a formas de organizações, para criarem as melhores alternativas de enfrentamentos às novas exigências da sociedade essencialmente competitiva. A organização aparece como uma das propostas e estratégias de sobrevivência. Dessa forma, esses grupos de pescadores migram, muitas vezes, para outras atividades e trabalham menos de pesca, embora as novas atividades estejam no mar e em seu entorno, ou seja, sem muitas vezes abandonar os laços estabelecidos em suas comunidades e nas atividades típicas deste grupo produtivo. No caso das comunidades pesqueiras há um leque de atividades que são típicas destes segmentos. Essas atividades produtivas foram consolidadas ancestralmente definindo como sendo parte do

grande universo de práticas sociais e culturais das chamadas “sociedades tradicionais”.

Compondo esse entendimento, Diegues (1999) resalta que algumas das “sociedades tradicionais” ainda existentes no Brasil, como referência a grupos humanos diferenciados cultural e historicamente, são as comunidades caiçaras, sitiadas, roceiros, quilombolas, indígenas, grupos extrativistas, ribeirinhos e jangadeiros.

Ramalho (2006) enfatiza que, no início do século XIX, boa parte dos pescadores pernambucanos eram também chamados de jangadeiros. É válido, ainda, lembrar que Luís da Câmara Cascudo, em 1957, evidenciou em seu livro *O Jangadeiro* um estudo sobre o ofício do jangadeiro, apresentando a jangada como uma embarcação milenar, utilizada para a pesca nas margens dos mangues e enseadas. (CASCUDO, 1957)

Desde o período colonial, no Brasil, a jangada apresenta-se como um meio de transporte fundamental. De herança indígena, na cultura dos pescadores, a jangada foi aprimorada, ao passar dos tempos, por africanos e europeus, servindo de transporte para a entrega de peixes, no curso de rios, os quais se tornavam navegáveis no inverno.

Assim, os jangadeiros apresentam-se como populações tradicionais marítimas que vivem no litoral nordestino, numa faixa costeira, desde o Ceará até o sul da Bahia.

Para definir, com maior precisão, por que os pescadores artesanais são considerados povos tradicionais, vale lembrar o que diz Diegues (2002), quando destaca o padrão tradicional como critério para definição de culturas ou populações e faz explicações associadas às formas de produção, reprodução social, cultural e formas de vida ligadas à natureza, enfatizando que a necessidade de superação da pobreza tem levado muitas dessas comunidades tradicionais a buscarem formas alternativas de renda, frente aos limitados resultados da economia de sobrevivência.

A definição de populações tradicionais encontra-se normatizada no Decreto-Lei nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. O artigo 3º, inciso I, define por povos e comunidades tradicionais: “grupos culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de

organização social, que ocupam os territórios e recursos naturais para sua reprodução cultural, social, religiosa e econômica”.

É pertinente lembrarmos que as transformações inerentes aos processos de urbanização crescente, ocorridas em comunidades tradicionais nos ambientes litorâneos, vêm ocasionando mudanças consideráveis no meio físico e nas relações sociais que se estabelecem em muitas vilas de pescadores, que hoje deixam de ser comunidades pesqueiras para serem comunidades litorâneas multifacetárias, onde a atividade pesqueira tradicional abre espaço para conviver com várias outras atividades econômicas, como o turismo, o artesanato e a indústria. (SILVA, 2003)

Assim, nos últimos anos, a prática do turismo tem se expandido em todo o mundo, movimentando a economia mundial e sendo considerado como estimulador da melhoria da qualidade de vida nos núcleos receptores, a partir da melhoria e incremento da infraestrutura básica e atração de investimentos públicos e privados. (FÚSTER, 1985)

No Brasil, o turismo é reconhecido como uma importante atividade econômica geradora de trabalho e renda em muitos locais. Nossa diversidade cultural e as belezas naturais têm contribuído em grande forma com a potencialização de muitos produtos turísticos oferecidos e na sua consolidação como atividade geradora de riquezas, transformando muitas localidades em objetos de consumo e desejo.

No entanto, muitas vezes a imagem do turismo é reduzida a uma dimensão mercadológica, pois, a globalização, da mesma forma que se apresenta como um importante estímulo à criação de novas atividades turísticas, também exerce forte pressão nas dinâmicas culturais, sociais e econômicas.

No caso em estudo, observamos que o grupo de pescadores artesanais, no momento em que se organiza para desenvolver algumas atividades produtivas, no contexto de turismo competitivo, no Pontal de Maracaípe, Município de Ipojuca–Pernambuco, identifica-se com suas origens de pesca.

Nesse sentido, a questão do turismo em comunidades tradicionais, como a dos pescadores, pode, inclusive, ser concebida, conceitualmente, ao que na agricultura familiar tem sido denominada de Pluriatividade, pois, analogamente, há uma lógica de gestão e produção familiar na atividade pesqueira. Somando-se a isto, estudos de relações entre comunidades humanas e o mar frequentemente estão marcados pelo uso de conceitos e análises metodológicas extraídas de comunidades camponesas.

E sobre a Pluriatividade podemos afirmar que este enfoque tem sido evidenciado ou citado na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER (BRASIL, 2004).

Segundo Carneiro (1998), o ritmo das mudanças das relações sociais e de trabalho vem transformando as noções de urbano e rural em categorias simbólicas, construídas a partir de representações sociais e, para muitas localidades, não correspondem mais às realidades distintas cultural e socialmente, tornando-se cada vez mais difícil delimitar as fronteiras entre as cidades e os pequenos vilarejos.

As fronteiras entre o que designamos de rural e urbano misturam-se muitas vezes de forma sutil, tornando-se difícil refletirmos sobre a natureza das características rurais nas áreas próximas aos centros urbanos ou a comunidades litorâneas.

Pereira (2000) lembra que, na França, para designar comunidades rurais, localizadas ao redor das cidades, a categoria Peri-urbana é utilizada, sendo o seu crescimento interpretado como alargamento das atividades urbanas.

Assim, faz-se necessária uma compreensão acerca do que consideramos espaço rural e, paralelamente, a capacidade de resistência e adaptação dos habitantes de comunidades tradicionais aos novos contextos sociais e econômicos.

Nesta abordagem vem a ideia de que, ao longo das últimas décadas, no Brasil, o contexto rural não pode ser analisado somente pela perspectiva meramente agrícola, por combinar agricultura com outras atividades produtivas.

Neste sentido, podemos compreender que os pescadores artesanais desenvolvem outras atividades - não ligadas diretamente à pesca -, sem no entanto perderem suas identidades como pescadores. Tal exemplo de estratégia de sobrevivência pode nos trazer a possibilidade de que esse fenômeno possa ser visto como alternativa para a construção de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento local para aqueles povos que, historicamente, não foram beneficiados pelos modelos de desenvolvimento até então implementados, mas que podem desenvolver outras atividades, sem, no entanto, perder de vista a herança cultural que trazem.

Consideramos pertinente pensar sobre de que forma povos tradicionais, cujo perfil cultural foi construído milenarmente, podem adaptar-se, para a sobrevivência material, com outras atividades estranhas ao seu jeito de ser e viver, sem, no entanto, perderem a sua identidade cultural. Tal pensamento encontra base teórica

no que sinalizou Wanderley (2009), que as sociedades tradicionais se definem, pelo fato de manterem laços de integração com as chamadas “sociedades englobantes”.

Ao focalizarmos o turismo como uma atividade que veio no âmbito da busca de alternativa de sobrevivência percebemos que o tipo de turismo a ser praticado deve ser considerado. Isso porque a trajetória da implantação e exploração do turismo em comunidades litorâneas tem revelado ser de um tipo de turismo associado a um quadro de abuso do poder econômico em muitos processos de especulação de terras para o lazer, sendo a problemática da expropriação de terras, antes dos povos tradicionais, um dos fatores de exploração econômica e da força de trabalho.

A saída para estas questões problemáticas está na construção de outras formas de turismo que passem por uma concepção de participação e fortalecimento dos sujeitos sociais. Consideramos importante o estímulo aos processos de organização das pessoas para o exercício de atividades produtivas, no caso o turismo em muitas dessas comunidades como uma resposta ao turismo invasor indesejado, de natureza excludente e mantenedor do status quo. (CORIOLANO, 2009)

Na medida em que esse tipo de turismo globalizado, vinculado a grandes empreendimentos se instala nessas comunidades - sem considerar as ocupações anteriores -, não oferecem oportunidades às comunidades pesqueiras, pois não as contemplam em seus projetos, criando, inclusive em alguns casos, reações negativas e de rejeição a esse tipo de turismo global. No entanto, admitimos que, em muitos casos, aconteça a adesão de integrantes de comunidades tradicionais, para servirem de mão de obra para a área de prestação de serviços. E, na maioria das vezes, essa é a única forma de inserção destas pessoas ao mundo do trabalho.

Porém, mesmo considerando que muitas dessas atividades turísticas surgem como resposta a um modelo de turismo elitista e excludente, uma proposta de turismo, pautada em princípios de sustentabilidade, parece ser uma boa alternativa, em meio ao surgimento de tantas outras atividades que vêm ocorrendo em muitas comunidades litorâneas e que, de certa forma, pode contribuir para o desenvolvimento local.

Por essa razão, uma proposta de um turismo sustentável e, desta maneira, baseada num modelo econômico menos excludente, passa pela mobilização de todos os integrantes locais e consideração de valores endógenos. Não somente apenas por um trabalho executado pelo poder público, através de políticas públicas,

simplesmente, ou pela iniciativa privada, mas também se deve contar com a participação dos habitantes locais e com os integrantes da Cadeia Produtiva do Turismo, sobretudo os grupos populares que possuem, na grande maioria das vezes, um acesso desigual aos bens econômicos e sociais da sociedade. (CANCLINI, 1996)

As considerações sobre o turismo, como opção ao incremento do desenvolvimento local, vêm de Jesus (2003), quando afirma que somente há desenvolvimento local quando há também uma mudança que se traduz em benefícios para as comunidades locais. No entanto, essas populações, culturalmente preparadas para atividades típicas do mundo pesqueiro, deparam-se com dificuldades para a utilização das atividades do turismo sustentável, demandando um apoio inicial e externo como forma de acompanhamento.

Conforme assinala Barreto (2001), o surgimento de atividades turísticas desenvolvidas em comunidades tradicionais, como é o caso da Comunidade de Maracaípe, em Pernambuco, pode, muitas vezes, vir atrelado a uma série de vantagem para a população dessas comunidades. No entanto, na maioria das vezes, o turismo convencional, com suas explorações em massa, almejando lucro a curto prazo, demanda investimento de grande porte, causando graves impactos ambientais, perda de valores culturais e o afastamento da população endógena dos benefícios econômicos advindos do turismo. (BARRETO, 2001)

Faz-se pertinente lembrar que o turismo, como um fenômeno mundial, tem o potencial de unir todas as partes do mundo, estimulando uma aproximação das comunidades dos mais distantes lugares e assim, possibilitando o deslocamento das pessoas com maior facilidade a lugares não antes acessíveis. (DIAS; AGUIAR, 2002)

Nos últimos anos, o turismo tem sido identificado como parte de um projeto que compõe os itens da qualidade de vida para indivíduos e para a família. Assim como é para o Brasil, o turismo tem sido considerado elemento fundamental para a economia de muitos países. E o aquecimento da economia vem também pelo aparelhamento para o turismo e melhoria e incremento da infraestrutura básica e atração de investimentos públicos e privados. (FÚSTER, 1985).

A imagem do turismo não pode ser reduzida a uma dimensão de venda de um produto ou mercadoria, simplesmente porque esta atividade interfere e influencia na

vida de comunidades inteiras, trazendo, inclusive, prejuízos à herança cultural e patrimônio natural do lugar.

No caso das comunidades litorâneas tradicionais, conforme Luchiare (2003 apud FONTES e LAGE, 2003), o que vem ocorrendo é uma sobreposição da ocupação turística em detrimento da ocupação tradicional, na medida em que se instalam nessas comunidades que possuíam um valor intrínseco, sem oferecer alternativas para a população local.

Nesse sentido, o turismo, como fenômeno moderno e capitalista, estruturou-se, fundamentado em um modelo de desenvolvimento excludente e promotor de desigualdades sociais, onde as atividades turísticas têm reproduzido, ao longo dos anos, as contradições encontradas no modelo econômico vigente, valorizando a lógica do capital, quando também se apropria dos espaços, recursos naturais e culturais, transformando esses atrativos em meros produtos, (OURIQUES, 2005)

De acordo com OMT (2003), o desenvolvimento do turismo em comunidades tradicionais, vem gerando impactos consideráveis. Pois, o modelo de exploração que vem se desenvolvendo nesses territórios, visam muitas vezes, apenas o lucro. Esses territórios, ao incorporarem a lógica do capital, almejam apenas a sua inserção nos circuitos de destinações turísticas, mas esquecem, por muitas vezes, de algumas implicações socioambientais desastrosas, que são decorrentes da implicação deste modelo turístico.

Conforme observa Guimarães (2003), as formas de turismo convencionais pouco têm contribuído na distribuição das riquezas, pois, os maiores ganhos contemplam apenas as empresas de transporte, agências de viagens e empreendimentos hoteleiros de luxo, pouco deixando nas mãos das pessoas residentes nesses municípios e comunidades mais pobres.

Assim, as comunidades tradicionais enfrentam sérios desafios para os quais, muitas vezes, não estão preparadas. E, nesse sentido, o turismo pode não ser apenas uma nova atividade, fonte de oportunidades, mas também uma séria ameaça ao habitat natural e à cultura de muitas comunidades tradicionais, causando mudanças consideráveis no meio físico e nas relações sociais.

Diante deste contexto, atividades desenvolvidas nessas comunidades, como a pesca artesanal, considerada como um forte símbolo da cultura de comunidades litorâneas marinhas abre espaço para novas atividades econômicas, impulsionadas, na maioria das vezes, pela dinâmica do avanço do capital como a expansão das

atividades turísticas, o avanço das indústrias e o aumento da especulação imobiliária. (SILVA, 2003)

Essa realidade pode ser observada na comunidade de Maracaípe, no Município de Ipojuca, litoral sul de Pernambuco, particularmente quanto ao trabalho da Associação dos Jangadeiros do Pontal de Maracaípe- AJPM. Nessa Associação, o serviço de condução de turistas é exercido por alguns pescadores e ex-pescadores dessa comunidade litorânea, inserida no Polo turístico de Porto de Galinhas, pertencente ao Município de Ipojuca, distante cerca de 50 km da capital, Recife.

Criada em maio de 1992, a Associação nasceu com uma alternativa de trabalho e geração de renda para pescadores e filhos de pescadores desta comunidade, que perceberam nesta atividade turística uma possibilidade de inserção na cadeia produtiva do turismo.

Inseridos de forma induzida pelo contexto turístico local, a atividade passou a ser desenvolvida de forma improvisada, sem o domínio das ferramentas necessárias ao oferecimento de um serviço turístico com organização e qualidade. Paralelamente, a atividade da pesca artesanal não foi abandonada por alguns integrantes da AJPM, o que, de certa forma, os condicionam a uma lógica tradicional. Evidenciado que, mesmo aderindo à atividade do turismo, ainda desenvolvem a atividade tradicional da pesca artesanal.

Um dos elementos postos na questão é compreendermos que se as comunidades tradicionais precisam diversificar suas atividades para sobreviverem, devem fazer isso de uma forma que gere autonomia e não negue a essência da cultura que representam. O tema é complexo e, neste sentido, os programas de apoio ao desenvolvimento de comunidades tradicionais devem ser melhor analisados.

Mesmo considerando que algumas políticas públicas têm apoiado as iniciativas de diversificação de atividades para melhoria da renda das populações pesqueiras, precisamos compreender alguns entraves na implementação dessas ações e, principalmente, no que tange ao tipo de acompanhamento ou apoio que deverá ser dado a estes casos.

É importante salientar que a opção por um grupo desta natureza e nesta localidade, como campo empírico para a realização desta pesquisa, deu-se pelo fato de o pesquisador ter atuado junto às ações do Projeto de Incubação de

Empreendimentos da Economia Solidária na Cadeia Produtiva do Turismo PORTURISMO-ECOSOL, durante os anos de 2009 a 2012, que foi desenvolvido no Polo turístico de Porto de Galinhas, localizado no Município de Ipojuca, Pernambuco, pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – INCUBACOOOP, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. A atuação da mesma teve como objetivo principal fortalecer grupos populares, incrementando ganhos sociais em termos de autoestima, melhor formação para o trabalho autônomo associativo, ganhos financeiros, ampliando a renda das famílias, a partir do aperfeiçoamento de suas competências para produzir, mediante agregação de valor aos serviços e produtos.

A região de Porto de Galinhas foi escolhida como recorte deste Projeto por ser uma área de grande concentração turística do Estado de Pernambuco e também da Região Nordeste do Brasil.

Contudo, a escolha desta Associação, como campo empírico para a realização desta pesquisa, dá-se pelo fato de estar inserida em uma comunidade tradicional, mesmo desenvolvendo uma atividade de condução de turistas em passeios de jangada. Como anunciado anteriormente, convém ainda ressaltar que, nos anos de 2009 a 2012, essa Associação vivenciou junto a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares-INCUBACOOOP, da Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE, uma experiência de Incubação de Empreendimentos da Economia Solidária na Cadeia Produtiva do Turismo. Projeto este, apoiado financeiramente pelo Ministério do Turismo e pela Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia- FINEP.

Consideramos pertinente pensar que os processos de incubação, desenvolvidos pela INCUBACOOOP, atendem aos princípios da LEI 12.188, de 11 de janeiro de 2010, intitulada Lei da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária-PNATER, desenvolvendo seus trabalhos fundamentados na adoção de metodologias participativas, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, apoiando iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais, o associativismo e o cooperativismo. Além de contribuir com a expansão do aprendizado e da qualificação profissional para os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombo e os demais povos e comunidades

tradicionais. Ao mesmo tempo em que reforça a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

Nessa perspectiva, parece-nos oportuno apresentar alguns Princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária-PNATER, que no Artigo 3º estabelece:

I-Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;
 II- Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia;
 III- Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e da democratização da gestão e da política pública, (BRASIL, 2010).

I
 E, dentre os objetivos estabelecidos no artigo 4º, podemos encontrar:

III-Aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativista, florestais e artesanais;
 IV-Promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários;
 V-Assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas;
 XII-Contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade de meio rural brasileiro, (BRASIL, 2010).

Portanto, os processos de incubação desenvolvidos junto a grupos de comunidades tradicionais, como o grupo mencionado anteriormente, dão evidência de proximidade com os princípios e objetivos desenvolvidos nas ações de Assistência Técnica e Extensão Rural, a partir das quais se propõe a refletir. Da mesma forma, cabe às Incubadoras de Cooperativas Populares muito mais que mobilizarem essas comunidades frente a novas oportunidades de geração de trabalho e renda, desenvolvendo uma metodologia de planejamento e organização participativa. Assim, o processo de incubação não é um modelo de ATER, no entanto, guarda similaridades com os princípios e diretrizes da PNATER.

De acordo com Dubeux (2011), o trabalho desenvolvido pelas incubadoras com grupos populares tem um caráter político e pedagógico a partir de um processo educativo dialógico. E dessa forma, esses processos de incubação devem vir acompanhados de uma preocupação metodológica de valorização e respeito às vivências dos grupos populares, inseridos em contextos de comunidade tradicionais,

levando-se em consideração suas experiências vivenciadas e suas visões de mundo, potencialidades e limites.

De modo geral, como um processo pedagógico, a proposta da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares-INCUBAPOP visa ao desenvolvimento de processos de incubação de grupos, fundamentados em planejamentos, construídos de forma participativa com os integrantes dos grupos, inspirados em metodologias dialógicas adotando também, modelos de referência a partir da PNATER. É pertinente lembrar que os processos de incubação são temporários e muito além das variáveis econômicas, as dimensões políticas e sociais devem ser contempladas na busca por melhores indicadores que visam possibilitar a geração de trabalho e renda, fundamentada nos princípios da Economia solidária.

Por fim, experiências como essa desenvolvida pela INCUBACOOP/UFRPE, na comunidade litorânea de Maracáipe, em Pernambuco, contribuem para reflexões sobre um modelo de Extensão Universitária, fundamentado nos princípios da Economia solidária, que pode contribuir para a definição de uma abordagem no campo da Assistência técnica e extensão rural, no contexto de comunidades tradicionais. Podendo ainda contribuir com agenda de discussões empreendidas no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local - POSMEX, na medida em que os resultados podem revelar a singularidade das ações de incubação a grupos populares, numa perspectiva da extensão rural com vistas ao desenvolvimento local.

Algumas pesquisas têm sido desenvolvidas no âmbito do POSMEX, tendo como objeto de análise o desenvolvimento de atividades turísticas, bem como o estudo das políticas públicas em comunidades pesqueiras, no Estado de Pernambuco.

Nesse sentido, vale lembrar, o estudo de Santo (2006)¹ que realizou uma análise do Programa de Regionalização do Turismo, do Ministério do Turismo (MTUR), e os impactos dessa política no turismo rural de Goiana-PE, demonstrando que as ações para o desenvolvimento do turismo rural ainda são incipientes e têm

¹ SANTO, Fabiana Bandeira.Espirito. **Políticas Públicas para o Turismo Rural e Desenvolvimento Local:a aplicação do programa de Regionalização do Turismo-Roteiros do Brasil, em Goiana,PE.**(Dissertação do Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local).Posmex, UFRPE, 2006.

privilegiado apenas grandes empresários do setor. Já o trabalho de Rameh (2009)² teve como objetivo realizar uma análise da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural-PNATER com relação ao turismo rural e sua importância no processo de desenvolvimento local. Entre outros estudos podemos ainda citar o realizado por Vasconcelos (2009)³ que teve como objetivo analisar impacto das políticas públicas para o setor da pesca, em Pernambuco, no período de 2003 a 2007, evidenciando que, durante o período pesquisado, houve um avanço, e têm mérito as políticas públicas para o setor e os sujeitos que vivem da pesca .

Reafirmamos, assim, a relevância desse estudo para verificar que lições são possíveis aprender, a partir do processo de incubação a um grupo de pescadores artesanais, para subsidiar uma abordagem de assistência técnica e extensão rural, no momento em que este se organiza para desenvolver algumas atividades produtivas no contexto do turismo, no Pontal de Maracaípe, em Pernambuco?

Sendo definidas as seguintes indagações:

Partindo das características de grupos populares tradicionais que demandam por assistência técnica e extensão rural, qual deve ser a abordagem? Como processos educativos de incubação tecnológica podem ser caracterizados como estratégia de assistência técnica e extensão rural?

Da mesma forma, que estudos dessa natureza podem suscitar ações para políticas públicas relacionadas à extensão rural e desenvolvimento local, além de contribuir no percurso metodológico em outras pesquisas.

² RAMEH, Ladjane. Milfont. **Extensão Rural, Desenvolvimento Local e Turismo**:análise das ações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.(Dissertação do Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local).Posmex, UFRPE, 2009.

³ VASCONCELOS, G. O.S. **As políticas Públicas e o Desenvolvimento das comunidades de pescadores e pescadoras no interior de Pernambuco** .(Dissertação do Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local).Posmex, UFRPE, 2009.

2 OBJETIVO GERAL

Analisar o trabalho de incubação junto a um grupo de pescadores artesanais, relacionando a incubação com a abordagem de assistência técnica e extensão rural, no momento em que este grupo se organiza para desenvolver algumas atividades produtivas no contexto do turismo, no Pontal de Maracaípe- Pernambuco.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar as contribuições do processo de incubação para a AJPM, executado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – INCUBACOOOP, da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE;
- Analisar as aproximações entre o processo de incubação a grupos populares e a extensão rural;
- Analisar as estratégias metodológicas, também utilizadas como processo de incubação, que são inerentes ao trabalho de extensão rural como prática de apoio a uma comunidade tradicional de pescadores em suas atividades com turismo.

3 METODOLOGIA

Optou-se pela pesquisa qualitativa por meio de estudo de caso. Sendo também utilizados: registros iconográficos, pesquisa documental, caderno de entrevistas e relatórios das ações da INCUBACOOP junto ao grupo em análise.

Conforme Godoy (1995), uma perspectiva qualitativa favorece a compreensão do fenômeno de maneira integrada. Uma investigação predominantemente qualitativa explica o processo social em profundidade, desta forma, as técnicas qualitativas procuram captar a maneira de ser do objeto pesquisado, diferenciando-o dos demais.

Foi realizado o trabalho de campo junto a Associação dos Jangadeiros do Pontal de Maracaípe, e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares-INCUBACOOP.

No caso deste estudo, o contexto social em análise refere-se ao cotidiano de um grupo de pescadores artesanais que vivenciaram um processo de incubação junto a INCUBACOOP/UFRPE e que desenvolvem atividades produtivas no contexto de turismo no Pontal de Maracaípe – Pernambuco. De acordo com Yin (2005), o estudo de caso “é um tipo de indagação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real”. No entanto, segundo o mesmo autor, um estudo de um único caso, como proposto neste trabalho, deve ser feito com cuidado, principalmente no que se refere às generalizações que são feitas a partir do mesmo.

É importante salientar que, apesar do pesquisador ter atuado como membro da equipe do Projeto PORTUSMO-ECOSOL que contemplou a Associação dos Jangadeiros do Pontal de Maracaípe como um dos grupos junto ao processo de Incubação, não é a nossa intenção realizar uma pesquisa participante.

No entanto, apesar de ser um estudo de caso a relação que este pesquisador desenvolveu com o grupo permite inferir sobre alguns aspectos para subsidiar uma discussão em torno de uma abordagem no contexto em foco de processos de incubação e extensão rural. A vivência deste pesquisador durante o processo de incubação instigou o mesmo sobre as relações que essas pessoas estabelecem, da atividade de condução de turistas em passeios de jangada, fazendo relações com as origens destes trabalhadores e com a atividade da pesca artesanal que a comunidade sempre desenvolveu. Nesse sentido, a experiência do pesquisador no

trabalho junto ao grupo trouxe questionamentos sobre o assessoramento a grupos dessa natureza.

Da mesma forma, pode o pesquisador questionar sobre que tipo de abordagem e de apoio que é requerido de um profissional que assessora um grupo como este num contexto de turismo, mais adequada à realidade da Comunidade de Maracaípe, inserida no contexto turístico da região de Porto de Galinhas. Não se trata, assim, de um grupo qualquer de pescadores ou ex- pescadores, mas um grupo que está inserido nesse contexto.

Ainda é conveniente lembrar que as possíveis lições aprendidas dentro deste processo de incubação também podem se fundamentar nos princípios e diretrizes da PNATER para uma comunidade de pescadores tradicionais, assim como servir de princípios para trabalhos com outros tipos de comunidades.

3.1 COLETA DE DADOS

Partindo dos roteiros de entrevistas, apresentados no apêndice desta pesquisa, foram definidas algumas perguntas necessárias para análise das possíveis contribuições a fim de subsidiar uma abordagem de Assistência Técnica e Extensão Rural mais adequada à realidade da Comunidade de Maracaípe.

Assim, durante o trabalho de campo, realizamos nove entrevistas com membros da AJPM, o que corresponde a um total de 24% de membros da mesma, escolhidos de forma intencional, a partir do processo de incubação. A Intencionalidade dessa amostra residiu na perspectiva de se ter a presença (nela) de jangadeiros que residam na Vila de Maracaípe, sejam membros efetivos da Associação, tenham exercido atividade da pesca antes de integrarem a Associação, tenham participado dos processos educativos desenvolvidos pela INCUBACOOOP, além de aspectos relacionados com a idade.

Como instrumento de coleta de dados, foram utilizadas para a pesquisa de campo as técnicas combinadas de entrevistas semiestruturadas e questionário. Como também, relatórios e fotos das ações do Projeto PORTURISMO-ECOSOL. Enfim, os documentos que melhor adequaram-se ao objeto de estudo.

A pesquisa de campo teve início no mês de outubro de 2012 e se prolongou até o mês e fevereiro de 2013. Os dados demográficos, econômicos e fisiográficos

foram coletados através de pesquisas realizadas em *sites* como: FIDEM, IBGE, PMI, MDA.

As observações diretas da atuação dos jangadeiros em seu local de trabalho e a participação nas reuniões mensais da Associação contribuíram com mais elementos para a análise. Da mesma forma, as informações obtidas nas entrevistas foram confrontadas com as informações extraídas da análise bibliográfica, o que possibilitou efetiva contribuição ao entendimento do objeto desta pesquisa.

4 ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO

Quanto à estruturação do trabalho, o mesmo está organizado em quatro capítulos, seguindo-se a conclusão, as referências e apêndice.

Para as bases teóricas sobre a Pluratividade e Multifuncionalidade da agricultura familiar recorreremos a Wanderley e Saborin, respectivamente. Para discutirmos acerca de uma nova modalidade de extensão rural a grupos tradicionais, buscamos as propostas apresentadas na PNATER (2010) e em Callou (2006) e Caporal (2011). Também buscamos, nos trabalhos de Jesus (2003), Mance (2003), as construções acerca do desenvolvimento local. De Dubeux (2011), vieram as contribuições sobre processos de incubação, desenvolvidos junto a grupos populares. Para abordarmos acerca dos conceitos de urbanidade e ruralidade buscamos Candioto e Corrêa (2008). Ao tratarmos a temática do Turismo recorreremos essencialmente aos trabalhos de Coriolano (2009), Dias (2002, 2003) e Barreto (2001), que consideram a proposta do turismo sustentável como uma alternativa ao modelo de turismo convencional, pautado em uma exploração, que vem acarretando graves impactos ambientais além da perda de valores culturais. Por fim, para caracterizar o ambiente das comunidades pesqueiras tradicionais, utilizamos Diegues (2002), Silva (2003) e Ramalho (1999).

Quanto à estrutura do trabalho, está organizado em cinco capítulos: o **primeiro capítulo** abrange uma reflexão teórica sobre as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil com uma nova abordagem de extensão universitária e suas possíveis contribuições para subsidiar uma abordagem de Assistência Técnica e Extensão Rural; o **segundo capítulo**, abordamos o município de Ipojuca e os jangadeiros na história do Brasil, realizando um pouco do resgate histórico da AJPM, falamos como viviam e como vivem e porque são chamados de comunidades tradicionais; o **terceiro capítulo - AJPM e o Turismo** -, busca-se discutir os tipos de turismo e como se deu sua inserção no turismo e a atuação da INCUBACOOOP; o **quarto capítulo**, contextualizamos o objeto da pesquisa, apresentando os resultados com a descrição dos dados; e, por fim a conclusão.

5 CAPITULO 1 - A INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES-INCUBACOOOP: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA/INCUBAÇÃO E SUAS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES AO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.

5.1 UM POUCO DA HISTÓRIA

No cenário brasileiro, o período entre as décadas de 1940 e 1980 foi marcado pelo processo de crescimento industrial e pela expansão dos postos de trabalhos assalariados. Durante as décadas de 1930 e 1940, período em que foi promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para cada dez ocupações geradas, oito eram assalariadas. Por sua vez, o Estado assume um papel de indutor econômico e mediador entre o trabalho e o capital, caracterizando o modelo desenvolvimentista (RAZETO, 2009).

Visando o crescimento econômico, foram feitos grandes investimentos e instaladas as bases da indústria da siderurgia e do petróleo, criando, inclusive, os órgãos de assessoramento e expansão a este modelo.

Mais adiante, em 1964, o golpe militar tem, como proposta, consolidar o Estado Nacional, pondo em curso o novo ciclo de acumulação do capital internacional com a formação dos monopólios, interrompendo de forma violenta um processo de mobilização dos movimentos sociais.

A partir dos anos de 1960 e 1970, as agências Bilaterais e multilaterais como o Banco Mundial, apresentam programas de desenvolvimento comunitários propondo a organização de associações comunitária, para a obtenção de crédito. Nesse mesmo período, a Extensão Rural assume o significado de difusão tecnológica para uma modernização da agricultura, passando distante das lutas defendidas pelos movimentos sociais e pela reforma agrária, (CALLOU, 2006, p. 20).

Já na década de 1980, observa-se no Brasil uma tendência de desestruturação do mercado de trabalho, atrelado a um crescente número de desempregos e ocupações em segmentos não formais.

Este processo de precarização e de crise do trabalho contribuiu, em grande parte, no surgimento de dois movimentos específicos: o aparecimento de um grande excedente de mão de obra, em função da crise da dívida externa dos anos 1980; e, por outro lado, o surgimento de diversos movimentos sociais críticos ao processo de globalização da economia, e da inserção passiva do Brasil nesse processo.

Mesmo considerando, nos períodos anteriores, a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho formal percebe-se que o modelo de desenvolvimento implantado no Brasil, de maneira excludente, influenciou os índices de desemprego e subemprego, ajudando a comprovar constatações, como as realizadas por Dubeux (2011, p. 142):

O processo de desindustrialização é um fenômeno mundial que vem atingindo inúmeras cidades de pequeno e médio porte, cuja economia gira em torno de uma ou duas fábricas. E as consequências desse processo são enormes para a população local, pois aumentam os índices de desemprego, ao mesmo tempo em que se impõe uma necessidade de novas perspectivas de formação e qualificação profissional.

Os processos de desindustrialização já nos anos 90 provocaram uma considerável diminuição nos postos de trabalho em nosso país, mesmo considerando que uma pequena parte de nossa sociedade continuou detendo uma grande parte da riqueza e, por outro lado, boa parte da população continuou sendo obrigada a viver em condições de pobreza extrema e, em alguns casos, de miséria absoluta.

E, dessa forma, o Brasil foi se engajando na construção de alternativas de organização social e de trabalho mais diretamente ligadas a uma nova concepção de economia e desenvolvimento territorial. Assim, os movimentos sociais e o surgimento de ONGs possibilitaram o nascimento de iniciativas locais de oposição e resistência ao modelo hegemônico de desestruturação do tecido social. Oportunizando a criação de alternativas de geração de trabalho e renda para a população, (DUBEUX, 2011).

É válido ressaltar que nos períodos de crise econômica e com o aumento dos índices de desemprego, muito trabalhadores são despedidos dos seus postos de trabalho. O que, de certa forma, contribui numa migração de muitos desses profissionais para setores de força de trabalho menos qualificada. E dessa feita, encontram nos empreendimentos populares a possibilidade para a produção de seus meios de vida e para suprimento de suas famílias, desenvolvendo atividades associativas numa perspectiva de reprodução da vida.

Do ponto de vista de Dubeux :

A articulação de relações entre os habitantes, os movimentos sociais, o apoio de algumas ONGs, entre outras, permitiu nos últimos tempos, o nascimento de iniciativas locais que se opõem e resistem à tendência hegemônica de desestruturação do tecido social e ao mesmo tempo criam oportunidades de geração de trabalho e renda para a população, (DUBEUX, 2011, p. 143).

Nesse sentido, as iniciativas associativistas e cooperativistas, pautadas nos princípios de solidariedade e respeito mútuo, ganharam notoriedade como movimentos sociais, bem como objeto de políticas públicas nas instâncias federal, estadual e, em alguns casos, municipal.

É nesse contexto de transformações que eclodem Iniciativas de atividades populares empreendidas no estado brasileiro, passando a evidenciar outro modo de produção fundamentado em princípios de solidariedade e propriedade coletiva.

Tal dinâmica, chamada de Economia Solidária (SINGER, 2003), também assume outras denominações como Economia Popular Solidária (CARITAS, 2003), Economia Popular (ICAZA e TIRIBA, 2003), Economia do Trabalho (CORAGGIO, 2003), Economia da Dívida (LECHAT e SCHIOCHET, 2003), evidentemente com as diferenças que os defensores de tais denominações evidenciam, fundamenta-se, contudo, nos princípios da solidariedade, da mutualidade e, sobretudo, no princípio da gestão democrática, buscando-se atingir a autogestão, como assinala Singer (2003, p. 116):

Economia Solidária é hoje um conceito amplamente utilizado dos dois lados do Atlântico, com acepções variadas, mas que giram todas ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento padrão nas sociedades capitalistas. O conceito se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas acepções: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos.

Fica evidente a relação da Economia Solidária com perspectivas de inclusão, dimensão sobre a qual Jesus e Mance (2003) assim se manifestaram:

[...] exclusão é compreendida como a ação de pôr fora o que estava dentro, que se manifesta visivelmente na condição de desemprego. A inclusão, por sua vez, pode ser entendida como o processo ou situação de participação como ator e beneficiário, em contextos de oportunidades de trabalho e de distribuição da riqueza produzida ou ainda de políticas públicas. Sua negação, total ou parcial, configuraria um quadro de exclusão [...].

O princípio da economia solidária propõe uma forma de produção baseada na mobilização e numa organização dos trabalhadores, que buscam uma inserção produtiva a partir do trabalho fundamentado em princípios como: a autogestão, a solidariedade, a cooperação e a participação.

Desta forma Schutz e Gaiger (2006) consideram que o termo economia solidária,

abrange uma série de experiências organizacionais, de associação livre em atividades econômicas, para fins de assegurar a sobrevivência dos trabalhadores e de enfrentar problemas comuns, de interesse coletivo. A organização desses trabalhadores em um empreendimento econômico que lhe garante ocupação e renda, além de proporcionar melhoria nas condições materiais de vida, estimula práticas que colaboram para a tomada de consciência dos sujeitos frente a temas que extrapolam a gestão do empreendimento. Ao desenvolverem a gestão coletivamente, os trabalhadores são estimulados a exercerem sua cidadania, (SCHTZ;GAIGER, 2006, p. 56-57).

E, nesse sentido, esta nova lógica de oposição à lógica capitalista excludente, possibilita uma outra racionalidade inspirada nas resistências, nos sentidos e significados atribuídos pelos atores sociais, para se reinserirem na produção social e escaparem da pobreza. Soma-se a isto um aumento de interesse pela temática nas academias, principalmente com o surgimento das incubadoras Universitárias de Empreendimentos coletivos, em meados da década de 1990 (SINGER, 2002).

Assim, nos últimos quinze anos, com a notoriedade da economia solidária, observa-se nas universidades o interesse pela temática. De certa forma, ajudada pelo surgimento das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares-ITCPs e, principalmente, da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego- SENAES. É válido ressaltar que as incubadoras têm buscado o apoio e fomento de empreendimentos autogestionários em níveis como:

capacitação, incubação, assessoria, acompanhamento e assistência técnica organizativa. (BRASIL, 2006).

5.2 INCUBAÇÃO: PRÁTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

As demandas produzidas pelos empreendimentos de cunho solidário apresentam-se como um ponto principal para as universidades que trabalham a participação e o acompanhamento desses empreendimentos. Não se pode negar que a participação das universidades, a partir do desenvolvimento de programas federais, tem sido de fundamental importância na formação de grupos populares interessados em gerar trabalho e renda.

A discussão sobre incubação de grupos populares e desenvolvimento local procura apresentar o processo de incubação como um modelo acadêmico de extensão universitária, fundamentado nos princípios da Economia solidária que pode ser uma alternativa para o desenvolvimento local, na medida em que valoriza e respeita os saberes e competências existentes na busca de soluções para não fortalecer um modelo de crescimento econômico que beneficia poucos em detrimento de muitos.

Portanto, as discussões que serão aqui apresentadas têm como objetivo evidenciar o modelo de extensão universitária desenvolvido pela INCUBACOOP e suas possibilidades de diálogo com a PNATER.

Mesmo que para muitas pessoas a Universidade apresente-se como uma instituição isolada da sociedade, com seus conflitos ideológicos, os desafios sociais de uma nova realidade que acontece no Brasil estimulam muitas instituições de ensino a uma interação com as camadas sociais que não se fazem presentes nos ambientes dessas instituições.

Com efeito, a existência de algumas concepções acerca da extensão universitária surge a partir de discussões dentro das universidades, com professores que atuam no campo da extensão. E, nesse sentido, a extensão universitária tem, muitas vezes, sido vista como uma atividade promotora de conhecimento e como expressão de retorno para a sociedade do que a mesma investe na universidade, (MELO, 2004).

Há de se considerar ainda que a extensão universitária como um meio liga-se ao ensino e à pesquisa dentro das unidades acadêmicas de ensino.

No XIII Fórum de Pró-reitores de extensão das Universidades Públicas do Nordeste, ocorrido em Natal-RN no ano de 1995, a extensão foi considerada “como um nascedouro da atividade acadêmica, da qual a pesquisa seria o desenvolvimento das respostas, e o ensino o envolvimento dos estudantes em todas as etapas desse processo”, (BRASIL/MEC/UFRN, 1995 p. 16).

E, dessa forma, esse modelo de extensão como uma via de mão dupla pode contribuir na formação universitária na medida em que passa a discutir acerca da formação dos profissionais de extensão e num retorno de conhecimento para as universidades. Possibilitando, não apenas a produção de conhecimento, mas a promoção de uma relação entre o saber acadêmico e o saber popular.

Como destaca o Plano Nacional de Extensão Universitária:

A atividade de extensão pode ser interpretada como a criação e recriação de conhecimentos possibilitadores de transformações sociais, onde a questão central será identificar o que deve ser pesquisado e para quais fins e interesse se buscam novos conhecimentos, (BRASIL/MEC, 1999 p. 5).

Nas duas últimas décadas, o surgimento de um grande número de cooperativas rurais e urbanas, em decorrência da reestruturação produtiva do setor industrial e de serviço, fez despertar nas mesmas a busca por processos de inovação, para o alcance de uma maior competitividade. Estimulando o surgimento de incubadoras.

As incubadoras de cooperativas, somente começaram a surgir nas universidades federais a partir de 1998, como uma alternativa de empreendimento solidário, sobretudo no setor mais tradicional da economia. Elas tendem a privilegiar grupos de pequenos empreendedores populares, e pela especificidade do seu público alvo, elas optam por adotar uma metodologia de base construtivista, uma vez que essa abordagem possibilita trabalhar ao mesmo tempo um conjunto de conhecimentos existentes a partir das práticas e das experiências dos cooperados nas suas organizações, (MCINTYRE; BERGONSI; FORTIN, 2004, p. 3).

Neste sentido, a ideia de incubadora de empresas de base tecnológica foi ampliada, além daqueles tipos de incubadoras existentes no Brasil, visto que a questão tecnológica passou a ter uma abrangência maior, sempre com uma perspectiva de desenvolvimento social e econômico. Daí, o surgimento das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, (SOARES; DIAS; SILVA, 2013).

Desta forma, as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares surgiram no ambiente acadêmico a partir de práticas de extensão universitária, considerado como um resultado de um esforço acadêmico frente a um contexto socioeconômico e com uma proposta de desenvolvimento socioeconômica, voltada a empreendimentos solidários dentro de uma perspectiva inovadora, de inclusão social e de geração de renda.

Desde 1998, o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (PRONINC), que é mantido por diversos ministérios e agências de financiamento, fomentam projetos e ações junto as Universidades, no intuito de desenvolver uma metodologia de incubação para empreendimentos populares.

O programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares-PRONINC-tem por objetivo apoiar e desenvolver as experiências de incubadoras tecnológicas de cooperativa populares-ITCP-realizadas por universidades brasileiras. As ITCP's buscam articular multidisciplinarymente áreas de conhecimento de Universidades brasileiras com grupos populares interessados em gerar trabalho e renda, visando a contribuir na formação de cooperativas populares, ou seja, empresas de autogestão em que trabalhadores têm o controle coletivo de todo o processo de produção, desde a atividade fim até a gestão do empreendimento, (FINEP, 2013, p. 2).

5.3 AS ETAPAS E PRINCÍPIOS DO PROCESSO DE INCUBAÇÃO

As incubadoras tecnológicas de cooperativas populares norteiam suas ações numa perspectiva do desenvolvimento local, possibilitando perspectivas de acesso não somente à renda, mas também proporcionando acesso ao conhecimento e a aproximação com instâncias governamentais, criando ferramentas para influenciar as decisões políticas/administrativas em suas comunidades, (FRANCO, 2000).

O processo de construção metodológico da INCUBACOOP/ UFRPE ocorreu a partir da experiência com estudos e pesquisas voltados para grupos cooperativos em ações do Departamento de Educação da UFRPE, no âmbito do Programa de Associativismo para Pesquisa, Ensino e Extensão – PAPE.

Não se limitando apenas à formação técnica, as ações da INCUBACOOP visam estimular a consciência crítica, pautando-se num processo pedagógico onde a participação de professores, alunos, ex-alunos e técnicos é fundamental no desenvolvimento dos trabalhos. Num processo de construção participativo a INCUBACOOP considera a valorização do saber dos participantes e o estímulo ao

surgimento de opiniões para a criação de um ambiente lúdico e amigável como principais ferramentas, (BORDENAVE; PEREIRA, 1989).

Duas etapas básicas compõem a proposta metodológica da INCUBACOOOP: pré-incubação e incubação. Na primeira etapa, a pré-incubação ocorre mediante a realização de oficinas de capacitação, tem duração de 04 a 06 meses e corresponde ao Diagnóstico Participativo, neste momento busca-se levantar informações e considerações acerca do grupo. Ainda nesta etapa do processo ocorrem oficinas, com o objetivo de nivelar o conhecimento e habilidades acerca do empreendimento cooperativo. Finalizando esta etapa, caso o grupo decida pela continuidade no processo de incubação, inicia-se então a segunda etapa do processo, a incubação propriamente dita. Na fase da Incubação o grupo passa por um período de aproximadamente 12 meses recebendo capacitações e apoio administrativo, contábil, gerencial da INCUBACOOOP.

A etapa de incubação é constituída de três fases: a fase inicial de implantação do empreendimento cooperativo, relativa a organização inicial da gestão, planos operacionais de curto prazo, os primeiros ensaios de marketing, etc. A segunda fase é a de desenvolvimento, que diz respeito a processos mais elaborados de planejamento, com ações voltadas para o marketing, capacitações específicas em contabilidade, por exemplo, entre outros. A terceira é a desincubação, onde as cooperativas são preparadas para se desligar da incubadora, havendo para isso avaliação de indicadores que orientem esse processo. Os indicadores sinalizam para uma leitura ampliada de aspectos econômicos, sociais e políticos. Por conseguinte, a sistematização desses indicadores pode sinalizar para a existência de condições de sustentabilidade e, portanto, para a desincubação, (VASCONCELOS, 2013, p. 6).

Esta etapa final de desincubação não pressupõe um rompimento entre a incubadora e o grupo Incubado, tem-se nessa fase uma duração média de 02 a 06 meses, onde são realizadas oficinas de autoavaliação, que consistem num direcionamento nas prioridades da incubadora. E, assim, na medida em que são avaliados os resultados com esses grupos em processo de desincubação, analisa-se a demanda por novos grupos.

5.4 AS POSSIBILIDADES DE DIALÓGO COM A PNATER

A extensão rural possui um importante papel para o estabelecimento de diretrizes capazes de promover o desenvolvimento local num novo cenário pluriativo

que se constrói no meio rural atualmente, com surgimento de atividades produtivas diferenciadas das atividades agrícolas, além dos novos hábitos sociais e culturais.

No entanto, faz necessário compreendermos que ideia de Extensão rural no Brasil não é nova, teve seu marco institucional iniciado em Santa Rita do Passa Quatro, São Paulo, para depois se ampliar em Minas Gerais com a Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural de Minas Gerais (ACAR), só no final do anos 40 se generalizou para o Brasil com o sistema implantado pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMBRATER, extinta em 1990, pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello.

Desde então, a ideia de Extensão rural era centrada no incremento do sistema produtivo nas áreas rurais, por considerar que esse rural se resumia somente as questões agrícolas e era identificado como sinônimo de atraso, (CALLOU, 1993).

Conforme ainda assinala Callou (1993) , assim como ocorreu no meio rural no final dos anos 60, o serviço oficial de extensão pesqueira surgiu com a finalidade de apoiar o desenvolvimento do setor pesqueiro do Brasil com argumentos de difundir tecnologias modernas de pesca. Esse modelo apresentava-se como um caminho promissor para se alcançar o desenvolvimento social e econômico desse setor historicamente esquecido das políticas públicas, (CALLOU, 1993).

É pertinente lembrarmos que o eixo do modelo de extensão rural e pesqueiro buscava a possibilidade de modernizar o homem do campo, com vistas a adotarem modelos cada vez mais modernos e dependentes de recursos financeiros.

No caso da extensão pesqueira, só a partir de 1971, com a criação dos cursos de Engenharia de Pesca no Brasil, o serviço de extensão passou a ser restrito aos profissionais dessa nova área, pois, até então eram agrônomos, técnicos agrícolas e veterinários os principais extensionistas. Somado a esse fato, a disciplina de extensão pesqueira só passou a fazer parte da grade curricular dos cursos de Engenharia de Pesca em meados dos anos 1980, (CALLOU, 1993).

É importante salientar que, para os extensionista da época, a difusão de tecnologias “modernas” de pesca e sua adoção por pescadores artesanais possibilitariam aumento na produção do pescado e, conseqüentemente, melhores lucros e melhorias nas condições de vida das comunidades de pescadores artesanais.

Em Callou (1994), encontramos que as intervenções iniciais do Estado brasileiro em comunidades de pescadores foram desenvolvidas por meio da Marinha

do Brasil. Nesse momento, os pescadores artesanais eram visto muito mais como objetos e não como sujeitos de um processo de desenvolvimento. Esse momento foi caracterizado mais fortemente pela transferência de tecnologia, e por um modelo de comunicação persuasivo, onde os conhecimentos dos povos tradicionais, as condições locais e os recursos naturais foram desconsiderados, (CALLOU, 1994).

Como consequência, os efeitos dessas políticas públicas, embasadas em um modelo verticalizado, apenas beneficiou uma minoria da população, deixando a maioria à margem dessas políticas públicas.

Desta forma, as melhorias tão propaladas à época não aconteceram nem no campo e nem nas comunidades pesqueiras. Contudo, surgiram críticas a esse modelo de difusão de inovações pautadas apenas no ideário do incremento do sistema produtivo. Um marco considerável neste momento foi o livro *Extensão ou Comunicação?* de Paulo Freire, publicado no Chile, em 1969.

Conforme Vasconcelos (2009), as atividades da pesca e da agricultura necessitam de políticas públicas traduzidas pela assistência técnica como ação pública, e por práticas educativas adequadas para que essas atividades, para que não venham a trazer prejuízos ambientais, e sim possam constituir-se como sistemas produtivos sustentáveis.

Nesse sentido, uma política pública importante para o desenvolvimento dessas populações é um serviço de assistência técnica e extensão rural, fundamentado numa proposta de base dialogada, educativa, construtivista e que considere os costumes e particularidades das culturas locais. Pois, na proposta até então desenvolvida, prevalecia um modelo de assistência técnica e extensão rural centrada na teoria da difusão tecnicista e nos tradicionais pacotes da chamada revolução verde. Só a partir de 1995, com o desmantelamento do sistema de extensão rural pública, surgiram algumas ações do Estado, insinuando uma possível mudança no modelo.

Visando atender os novos desafios de um novo rural, em 2004, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) desenvolveu a Nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural-PNATER, com vistas a alcançar as novas demandas do meio rural, incentivando e dando suporte às novas atividades que surgem no campo e são incorporadas pelas populações desses territórios na intenção de gerar emprego, renda, qualidade de vida.

De acordo com Pires e Lima (2012), a partir da criação da PNATER, novas diretrizes e orientações político-metodológicas para a prática da extensão rural, romperam com a lógica e visão difusionista de tecnologias, apresentando-se como ferramenta de estímulo e apoio ao desenvolvimento sustentável.

Naquele momento, a PNATER destacava a necessidade de se disponibilizar os serviços públicos e o aparato estatal para aqueles povos que, historicamente, não foram beneficiados pelos modelos de desenvolvimento até então implementados no mundo rural:

Incluem-se as populações de produtores familiares tradicionais, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquículturas, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF, (BRASIL, 2004, p. 4)

Foi dado um passo significativo na história da extensão rural no Brasil, ao considerar a diversidade de identidades existentes, afirmando que deve ser assegurada a assistência:

[...] aos agricultores familiares, assentados por Programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquícultores, povos das florestas, seringueiros e outros públicos definidos como os beneficiários dos Programas de MDA/SAF, (BRASIL, 2004, p. 7).

Desde então a PNATER buscou orientar os órgãos e as empresas que realizavam a assistência técnica, no sentido de desenvolverem uma proposta de respeito e conservação dos recursos naturais, assegurando uma produção de alimentos, sem deixar de valorizar as relações estabelecidas no campo e os conhecimentos dessas populações. Também estavam implícitos na mesma os objetivos de alcançar as demandas do meio rural, dando suporte e incentivando as novas atividades incorporadas pelas populações rurais no intuito de gerarem trabalho e renda.

No entanto, a partir do ano de 2010, o Brasil passou a contar com a Lei de Ater, que Instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária -

PRONATER, alterando a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dando outras providências.

De acordo com Caporal (2011, p. 1):

A Lei 12.188/2010 passou a estabelecer princípios e diretrizes para a ação extensionista, estabelecendo um novo processo burocrático, na medida em que alterou a Lei 8.666, que determina que os recursos orçamentários de fomento à Ater, do governo federal, passem a ser aplicados na modalidade de contratos sem licitação.

Entretanto, Caporal (2011) destaca que o governo federal não valorizou a participação popular, que havia sido o alicerce para a Pnater-2003 e, com isso, possibilitou mudanças de caráter técnico-burocrático e no entanto, eliminou a Agroecologia do texto original. Assim, a Pnater de 2010 nasce com o estigma de ser responsável por um retrocesso no campo da extensão rural contemporânea em relação à Pnater de 2003.

Ainda para esse autor, quando falamos atualmente em Pnater faz-se necessário qualificarmos o discurso, pois, muitos envolvidos com o tema ainda fazem referências à Pnater elaborada em 2003, embora, por força legal, ela não mais exista.

De fato, legalmente, a Pnater de 2003 nunca existiu. Mas o que muitos ainda não sabem é que ela foi substituída por uma nova Pnater, instituída pela Lei Federal nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Hoje, quando se fala em Pnater o que vale, oficialmente, é a Pnater instituída pela Lei supra citada. A outra agora é a velha Pnater de 2003. (Caporal, 2011, p. 2).

Assim, os princípios e os objetivos orientadores da chamada a época de “nova Ater”, foram testados durante 8 anos sem a existência de discordâncias sobre seu conteúdo, incorporando, inclusive, entre outras coisas, a orientação de: promover o desenvolvimento rural sustentável com base nos princípios da Agroecologia. No entanto, a proposta oficial passou a se preocupar somente com os sistemas de produção, deixando de lado as multidimensões da sustentabilidade defendidas pela Agroecologia.

Segundo Caporal (2011), o principal argumento usado pelos gestores para defenderem as mudanças não estava relacionado com o conteúdo da Pnater de 2003, o que se dizia era a necessidade de estabelecimento de mecanismos mais ágeis que modelo de convênios, de modo a facilitar tanto a operacionalização interna ao MDA como as prestações de contas das entidades de Ater, que vinham

sendo assediadas pela fiscalização dos órgãos de controle, questionando, desse modo o modelo operacional de repasse de recursos.

Há, no entanto, fatos novos. O que se tem visto mais recentemente no âmbito da Assistência Técnica e Extensão Rural para agricultura familiar é a criação da Agência Nacional de Extensão Rural-ANATER, lançada no dia 6 de junho, pela presidente Dilma Rousseff, na solenidade de lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar. O Projeto de Lei 5740/2013 estabelece que a ANATER deverá ter uma atuação alinhada com a Lei Geral de Assistência Técnica e Extensão Rural (Lei nº 12.188/2010), que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

De acordo com o Projeto de Lei 5740/2013 fica o Poder Executivo Federal:

Autorizado a instituir Serviço Social Autônomo com a finalidade de promover a execução de políticas de desenvolvimento da assistência técnica e extensão rural, especialmente as que contribuam para a elevação da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos e serviços rurais e para a melhoria das condições de renda e de desenvolvimento sustentável no meio rural.

Competindo à Anater :

I - promover, estimular, coordenar e implementar programas de assistência técnica e extensão rural, com vistas à inovação tecnológica e à apropriação de conhecimentos científicos de natureza técnica, econômica e social;
 II - promover a integração do sistema de pesquisa agropecuária e do sistema de assistência técnica e extensão rural, fomentando o aperfeiçoamento e a geração de novas tecnologias e a sua adoção pelos produtores;
 III - credenciar e creditar entidades públicas e privadas prestadoras de serviços de assistência técnica e extensão rural;
 IV - promover programas e ações para a qualificação dos profissionais de assistência técnica e extensão rural;
 V - contratar serviços de assistência técnica e extensão rural conforme disposto em regulamento;
 VI - articular-se com os órgãos públicos e entidades privadas para o cumprimento de seus objetivos;
 VII- colaborar com as unidades da federação na criação, implantação e operação de mecanismos com objetivo afins aos da Anater; e
 VIII- monitorar e avaliar os resultados dos prestadores de serviço de assistência técnica e extensão rural com que mantenha contratos ou convênios, (BRASIL, 2013, p. 1).

Além disso, a ANATER realizará chamadas por segmentos produtivos. Limitando o trabalho de ONGs, que poderíamos dizer que é Pluriativo. Diante desse novo contexto e considerando estudos e ações acerca da extensão rural, Pires e Lima (2012) enfatizam que a extensão rural necessita manter um forte vínculo com

uma proposta de desenvolvimento rural sustentável, nutrindo as expectativas de um setor agrícola defasado e que combata a desvalorização da agricultura familiar.

Não diferente do conceito de desenvolvimento sustentável e dialogando com a proposta de Incubação de grupos populares, outra corrente de pensamento visa tratar a dimensão do desenvolvimento trazendo a valorização das potencialidades endógenas aos territórios e ao local, surgindo o conceito desenvolvimento local.

Para Paulo de Jesus (2006), o desenvolvimento local é percebido como um procedimento que mobiliza pessoas e instituições, objetivando a modificação da economia e da sociedade locais, ultrapassando problemas para beneficiar o avanço das condições de vida da população local. Dessa forma, o desenvolvimento local perfaz-se em uma tática de ação arquitetada e organizada, como expressão de um processo de articulação, oriundo de múltiplos parceiros e instâncias de poder, atrelado ao desejo de valorizar os recursos humanos, financeiros e físicos de um espaço específico. Trata-se de estimular a solidariedade e um desenvolvimento mais humano, (JESUS, 2006).

Para Callou (2006), entre os novos significados atribuídos a extensão rural destacam-se a gestão da Comunicação, a agroecologia, a economia solidária, o associativismo e as novas ruralidades.

É diante dessa nova forma de abordar o rural que a PNATER incentiva o incremento de atividades não agrícolas, sejam no setor de serviço, indústria, lazer e turismo, no intuito de apoiar processos de desenvolvimento local.

Nesse sentido, a extensão rural no âmbito do desenvolvimento local vai muito além das atividades agropecuárias e pesqueiras, diversificando as formas de produção no meio rural. Assim, o turismo em comunidades tradicionais parece ser uma alternativa em meio ao surgimento dessas novas atividades que vêm ocorrendo no campo brasileiro, que pode contribuir para o desenvolvimento local, (CALLOU, 2006).

Parecem ficar evidenciadas as possibilidades que a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural apresenta frente a outras atividades não agrícolas como proposta para o desenvolvimento local, No entanto, muitas vezes, depara-se com dificuldades inerentes aos técnicos dessa Assistência, que muitas vezes não conseguem atuar de forma eficaz no desenvolvimento dessas novas atividades e na formação dessas pessoas.

Em muitos casos, são variadas fontes que vêm a complementar a renda de trabalhadores e trabalhadoras dos meios rurais e urbanos que sobrevivem ao mesmo tempo de atividades distintas, desenvolvendo, inclusive em muitas comunidades tradicionais, mudanças culturais. Fatos correlacionados com aspectos da multifuncionalidade da agricultura familiar

De certa maneira, a promoção da multifuncionalidade na agricultura familiar está relacionada à criação de alternativas de apoio e valorização a mesma. Assim, acredita-se que essas alternativas passam pelo desenvolvimento de dispositivos locais com a perspectiva de manejo coletivo de recursos comuns.

Como destaca ainda Sabourin (2003, p. 8):

Essas práticas permitem assegurar ao mesmo tempo funções de produção agropecuária e funções sociais, ambientais e econômicas de interesse coletivo ou público. São geralmente assumidas por organizações locais ou regionais (grupos de agricultores, comunidades rurais, associações de produtores, cooperativas das reservas extrativistas, sindicatos, polos sindicais, fóruns regionais etc).

Estes dispositivos a que se refere o autor asseguram o manejo dos recursos que interessam ao mesmo tempo a produção agropecuária para este grupo, como a outras funções de caráter ambientais, sociais, culturais e econômicas de interesse público ou coletivo. Ainda, segundo Sabourin, (2009, p. 232):

Os dispositivos coletivos dos agricultores na multifuncionalidade referem-se às iniciativas de manejo de recursos comuns ou de produção de bens públicos ou agricultores. Neste são produzidas informações, articulações temáticas, fóruns regionais e redes territoriais, inovação (são os bancos de sementes, os fundos comunitários, os fundos de crédito mútuo, grupos de agricultores experimentadores), saberes e saber fazer (Universidade camponesa, escola familiares rurais).

Existem várias alternativas hoje, reunidas em torno deste termo, que correspondem na realidade, às relações e estruturas de reciprocidade encontradas nestes dispositivos. E, desta forma, o mesmo autor refere-se a uma mobilização no sentido dos valores humanos e das práticas sociais, para uma possível renovação dos instrumentos de políticas públicas no meio rural, relacionadas ao desenvolvimento local na perspectiva de entendimento e valorização deste novo cenário rural.

6 CAPÍTULO 2 - CONTEXTUALIZANDO O OBJETO DA PESQUISA

6.1 O MUNICÍPIO DE IPOJUCA

O Município de Ipojuca é parte integrante da Região Metropolitana do Recife-RMR, sendo considerado um dos grandes polos industriais de Pernambuco, com uma área de 527,107Km², e uma população de 80.637, localiza-se dentro da microrregião de Suape, (IBGE, 2013).

Ipojuca faz limite ao norte com o município do Cabo de Santo Agostinho, ao sul com Sirinhaém, a oeste com o município de Escada e a leste com o Oceano Atlântico. Correspondendo a aproximadamente 0,5% do Estado de Pernambuco, apresenta-se como o maior município da Região Metropolitana, sua densidade demográfica equivale a 115,2 hab/km², (LIMA, 2006).

Situado nas bacias hidrográficas dos rios Ipojuca e Sirinhaém, sua vegetação caracteriza-se por apresentar remanescentes de mata atlântica, formação de restinga, mangues, coqueiros e áreas de cultivo de cana-de-açúcar. Predomina na região o clima quente e úmido com temperatura média anual de 25°C.

A povoação do município teve início em meados de 1560, com a chegada dos Portugueses e a expulsão dos índios Caetés do litoral sul de Pernambuco. Nessa mesma época, começou a migração dos colonos para a região, em virtude da existência de terras férteis e propícias ao cultivo da cana-de-açúcar. Aliado a esse fato e com a implantação dos engenhos, muitas famílias tradicionais se fixaram nessa região, já no início do século XVI, (LIMA, 2006).

Ainda de acordo Lima (2006), quando os holandeses ocuparam Pernambuco, já existia diversos engenhos estabelecidos na região, participando ativamente da resistência aos holandeses, sob a liderança do Capitão-mor Amador de Araújo, numa luta que iniciou em 17 de julho de 1645. Ocorrendo a derrota holandesa em 23 de julho de 1645, (LIMA, 2006).

A história do município também é exposta na página de IBGE:

Por ocasião da invasão holandesa, toda a região do atual município de Ipojuca, contava já com muitos engenhos de açúcar, graças à fertilidade das suas terras ricas em massapê. Em 17 de julho de 1645, o Destacamento sob o comando do Capitão-mor Amador de Araújo, que dispunha de apenas 16 homens, teve início a luta em Ipojuca, para expulsão dos Batavos. A luta começou em decorrência de um incidente entre um judeu e um morador da localidade, cujo incidente, serviu de pretexto para o combate aos holandeses. O destacamento holandês tenta manter a ordem, mas, o povo enfurecido e ainda incentivado pelo Capitão-mor Amador de Araújo, mesmo sem armas apropriadas, incendiou o quartel holandês e muitos soldados invasores. No dia 23 de julho de 1645, os insurretos de Ipojuca, numa emboscada audaciosa, atacaram os holandeses, derrotando-os completamente. Na Revolução de 1871, travou-se combates em Ipojuca, sendo vencido as tropas de Domingos Martins, (IBGE, 2013, p. 1).

Durante quase meio século, a sede do município oscilou entre as povoações de Nossa Senhora do Ó e São Miguel de Ipojuca:

A Comarca de Ipojuca, emancipou-se politicamente em 28.03.1890, tendo como sede restabelecida em Nossa Senhora do Ó, de acordo com a Lei nº52, de 03.08.57. A sede municipal foi elevada à categoria de cidade pela Lei estadual nº 173, de 06 de julho de 1896. Seu primeiro Prefeito foi o tenente Coronel Antonio Luiz de Melo Marques, (PEREIRA, 2006, p. 91).

Desta forma, Ipojuca consolidou-se como uma importante região do sistema Colonial e, no ano de 1994, o município foi integrado à Região Metropolitana do Recife, contemplado como uma “área de vocação natural” destinada ao turismo e lazer da população, (FIDEM, 2013).

Dentro da RMR, o município destaca-se por ser o maior em número de praias, totalizando sete: Toquinho, Serrambi, Maracaípe, Porto de Galinhas, Cupê, Muro Alto e Camboa, distribuídas nos 33,28 Km de litoral, que se estende da foz do rio Massangana, ao norte, até a barra do rio Sirinhaém ao sul. Este atributo possibilitou ao Município um forte potencial para o desenvolvimento do turismo.

No centro das atenções está Porto de Galinhas, distante apenas 60km do Recife por estrada asfaltada. O balneário já conquistou alguns títulos, como a melhor praia brasileira. A marca registrada são as piscinas naturais formadas por inúmeros arrecifes próximos da faixa de areia.

Segundo Mendonça (2004), há diferentes versões para a origem do nome de Porto de Galinhas. A mais popular conta que, após a abolição da escravatura, o tráfico de escravos teria continuado clandestinamente e, para despistar, os escravos

eram escondidos nas barcaças de galinhas, provenientes de Angola, e a expressão “tem galinha no porto” seria uma senha utilizada para avisar da chegada desses escravos.

As notícias iniciais sobre Porto de Galinhas datam de 1587, elaboradas pelo cronista português Gabriel Soares. Durante os primeiros séculos, a praia de Porto de Galinha passou por vários donos e também por períodos de abandono. A partir de 1900, Porto, Cupe e Muro Alto foram reconhecidas como propriedades das famílias Cavalcanti Uchoa, Brito e Chalaça, respectivamente, e eram dedicadas à cultura do coco e à pecuária, (MENDONÇA, 2004).

Apenas em 1950 é que o Governo do Estado de Pernambuco adquire uma parte da praia, 110,12 hectares. A partir daí percebe-se uma alavancagem na infraestrutura com pavimentação da estrada PE-60, em 1960, e a chegada da energia elétrica em 1968, (MENDONÇA, 2004).

A década de 70 foi marcada por uma grande transformação da região. As antigas fazendas de coco foram derrubadas e se transformaram em loteamentos adquiridos pelas famílias de classe média/alta de Recife. Este período foi caracterizado pela construção das casas dos veranistas, por algumas ações estruturadoras, como a pavimentação da estrada PE- 38 que liga a PE-60 a Nossa Senhora do Ó, e a construção do primeiro hotel em 1986, o Hotel Solar Porto de Galinhas, (MENDONÇA, 2004).

A década de 1990 foi de profundas transformações. Vários hotéis e pousadas foram construídos, os primeiros telefones públicos e residenciais foram instalados, a estrada que liga Nossa Senhora do Ó a Porto de Galinhas foi pavimentada. A praia passou a ser conhecida internacionalmente quando, em 1996, foi eleita junto com Búzios e o Caribe, o destino turístico oficial do cartão American Express. Também neste ano aconteceu o 1º Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), em Porto de Galinhas, promovido pela EMBRATUR, buscando um desenvolvimento integrado do turismo na região, (MENDONÇA, 2004).

Figura 1 – Centro de Porto de Galinhas, Ipojuca-PE



Fonte: Fonseca (2010)

O final da década de 1990 foi marcado pela chegada de atividades complementares do turismo como lojas, bares, restaurantes e lanchonetes. A partir de 2002, o complexo de Porto de Galinhas foi inserido como destino turístico internacional, com a inauguração dos *resorts* Summerville e Nannai, na praia de Muro Alto, (MENDONÇA, 2004).

A região se destaca também por possuir uma área geográfica caracterizada por um segmento de planícies, com praias de águas mornas e transparentes, com areia clara e fina, com belos coqueirais, possuindo trechos próprios para a prática do *surf* e de outros esportes náuticos.

Além disso, é possível encontrar em Porto de Galinhas extensos manguezais, rios, cachoeiras e um significativo patrimônio histórico-cultural representado pelas igrejas, engenhos, artesanato local, grupos folclóricos e atividades econômicas locais, como é o caso da pesca artesanal.

Nesse contexto turístico, distante aproximadamente 3 km do Centro de Porto de Galinhas, está Maracaípe. A comunidade surgiu como uma vila de pescadores em terras da família Chalaça. Com a ocupação urbanística de Porto de Galinhas passou a fazer parte do circuito turístico da região, em função da Praia de Maracaípe, localizada entre a praia de Porto de Galinhas e o Pontal de Maracaípe.

De clima jovem e descontraído, o local ficou conhecido mundialmente como referência na prática do surf, fazendo parte do calendário nacional e internacional de campeonatos. Com uma extensão de 2,5 Km de praia, suas águas claras e ondas fortes conquistam os visitantes pela sua beleza natural, (PEREIRA, 2005).

Complementando o elenco das potencialidades turísticas de Ipojuca, cabe mencionar o Pontal de Maracaípe. Formado na foz do rio Maracaípe, o local oferece excelente opção para os turistas, com águas mornas e claras e bancos de areia. Neste local, são oferecidos passeios de jangada, onde turistas podem apreciar a exuberância do manguezal e a ocorrência de uma rica fauna de siris, ostras, caranguejos, aratus, guaiamuns e peixes, destacando-se, entre esses, o Cavalo-Marinho⁴, pertencente ao gênero *Hippocampus*, peixe ameaçado de extinção, que se constitui como um dos principais atrativos para inúmeros turistas nacionais e internacionais que visitam a foz do rio Maracaípe.

O passeio de jangada pela Foz do Rio é uma atividade organizada e executada pelos integrantes da Associação dos Jangadeiros do Pontal de Maracaípe-AJPM, sendo um dos principais atrativos do Pontal e objeto de estudo desta pesquisa.

Figura 2 - Exibição do Cavalo-Marinho durante o Passeio de Jangada



Fonte: Fonseca (2010)

⁴ Refere-se a uma espécie de peixe que possui a capacidade de mudar de cor, para movimentar-se pela água usa a vibração das barbatanas dorsais. Os cavalos-marinhos, foto da figura 03, vivem nas águas de mares localizados em regiões de climas temperado e tropical. A alimentação baseia-se em: pequenos vermes, moluscos, crustáceos e algumas espécies de plânctons (Fonte: http://www.suapesquisa.com/mundoanimal/cavalo_marinho.htm)

Por mais que Maracaípe esteja inserida num contexto urbano, no entanto, é possível identificar a presença marcante das ruralidades nesta localidade, que ainda hoje preserva costumes dos antepassados.

É possível identificar, também, nesta localidade uma carga cultural, que pode ser traduzida através da ligação às tradições, evidenciadas muitas vezes nas relações sociais desta população local que ali reside, além de suas festividades, gastronomia e economia.

De acordo com Candiotto e Corrêa (2008), o conceito de urbanidade e o conceito de ruralidade têm sido trabalhados como referência à territorialidade de indivíduos e grupos sociais, tanto socioculturais como econômicas e/ou políticas. Desta forma, um conjunto de fatores de identidade social na Comunidade de Maracaípe reproduz, muitas vezes, o modo de vida do campo na cidade, mesmo considerando as profundas mudanças e impactos ocorridos nesta região a partir da atividade turística.

Se analisarmos o discurso mais atual sobre o “novo rural”, este conceito nos remeterá a um espaço com sinônimo de natureza, ar puro, com relações de familiaridades e proximidades entre as pessoas. Além de aspectos relacionados à qualidade da alimentação saudável, como sugere, de alguma forma, a foto da figura 03. Dentre outros aspectos que simbolizam melhores qualidades de vida.

Para registrar o cotidiano da vida e do trabalho deste grupo em estudo, foi fundamental a experiência vivenciada durante o período de execução do Projeto PORTURISMO-ECOSOL, desenvolvido pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – INCUBACOOOP, da UFRPE.

Nesse sentido, a convivência do pesquisador na comunidade de Maracaípe junto aos Jangadeiros dessa Associação, possibilitou estudar o desenvolvimento da vida e do trabalho destes Jangadeiros.

Para registrar o cotidiano dos jangadeiros do Pontal de Maracaípe foi fundamental a utilização de entrevistas e observações, realizadas nos momentos de atividades e nas visitas empreendidas ao Pontal de Maracaípe, durante todo o período da pesquisa. A intenção principal foi observar como se dava o dia a dia dos integrantes da Associação dos Jangadeiros do Pontal de Maracaípe-AJPM.

Figura 3 – Vista Panorâmica do Pontal de Maracaípe, Ipojuca-PE



Fonte: Fonseca (2010)

6.2 QUEM SÃO OS JANGADEIROS?

Desde a época do Brasil Colônia, a jangada constitui-se como um meio de transporte fundamental para o estabelecimento do nível das forças produtivas da pesca. Em textos escritos, o nome malaio “jangada” só veio surgir em 1570, para fazer referências às embarcações em que os índios “vão pescar pela costa”, (GANDAVO, 1924 p. 25).

Para Cascudo (1957), a jangada constitui-se como uma herança indígena, aprimorada ao longo dos séculos por africanos e europeus. Seu primeiro registro é datado em 1500, quando foi vista entre os indígenas do Nordeste do Brasil, com apenas três traves atadas entre si.

Gandavo (1924, p. 28) também descreveu sobre as jangadas, considerando:

que são uns três ou quatro paus pegados uns nos outros e juntos[...]sobre os quais podem ir duas ou três pessoas ou mais se forem os paus, porque são muito leves e sofrem muito peso em cima d'agua. Tem quatorze ou quinze palmos de comprimento, e de grossura ao redor, ocupam dois mais ou menos.

A partir da jangada utilizada pelos índios brasileiros (chamada peri-peri), conhecemos hoje embarcações utilizando vela e leme para a pesca em alto-mar, que foi fruto das adaptações introduzidas pelos europeus e pelos africanos. Já no início do século XVI existem registros de que as jangadas eram utilizadas para a atividade da pesca realizada pelos escravos africanos na capitania de Pernambuco. Até a década de 1950, havia no Nordeste um número maior de jangadas do que botes e lanchas a motor. No entanto, a partir dessa década, o número de jangadas e de jangadeiros começou a diminuir, principalmente em virtude da dificuldade em se encontrar o pau-de-balsa (piúba) de que eram feitas jangadas, (DIEGUES, 2002).

Ainda segundo Diegues (2002), a partir da década de 1980 começam a surgir as jangadas feitas de tábuas, passando a substituir gradativamente as de pau. Hoje pode-se constatar que somente em alguns lugares, como no sul da Bahia, onde ainda se encontram áreas de mata nativa, encontra-se o pau-de-jangada.

Ramalho (2006) enfatiza que, no início do século XIX, boa parte dos pescadores pernambucanos eram também chamados de jangadeiros. Para Diegues e Arruda (2001), os jangadeiros são, essencialmente, pescadores marítimos que habitam a faixa da costa brasileira, situada entre os estados do Ceará e o sul da Bahia, pescando com jangadas.

O autor ainda acrescenta que:

Esses pescadores detêm um grande conhecimento da arte de navegação e identificação dos locais de pesca situados longe da costa pelo sistema de triangulação pelo qual linhas imaginárias são traçadas a partir de acidentes geográficos situados no continente. Também os vários ambientes pesqueiros são definidos a partir de determinadas características ecológicas e nomeados localmente como tassos, corubas, altos e rasos, segundo a profundidade em que se situam as rochas onde se pesca com linha de mão, (DIEGUES, 2002).

Para construirmos os perfis dos Jangadeiros do Pontal de Maracaípe (Fig. 4) utilizamos entrevistas e observações durante as visitas realizadas no decorrer e, posteriormente, ao Projeto PORTURISMO-ECOSOL. Faz-se importante ressaltar que a amostragem de 09 entrevistados representa o universo desta pesquisa exploratória.

Todos os entrevistados nesta pesquisa são adultos, e casados, encontram-se numa faixa etária entre 24 anos de idade e 48 anos de idade. Ipojuca é a cidade de origem de 04 entrevistados, sendo os outros 03, oriundos da cidade de Recife e os

outros 02, oriundos das cidades de Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes, respectivamente. O nível de escolaridade dos jangadeiros entrevistados é baixo, apenas 01 concluiu o nível médio, 02 concluíram o ensino fundamental e 04 apresentam ensino fundamental incompleto.

A maioria dos associados que compõe a Associação dos Jangadeiros do Pontal de Maracaípe-AJPM atuavam como pescadores artesanais e catadores de crustáceos. São filhos de pescadores desta localidade. Mas, há também, dentre esses jangadeiros, aqueles que atuavam como comerciante de alimentos nas praias, garçom e pedreiro. No entanto, quando perguntados sobre sua profissão, os mesmos se reconhecem como pescador, pois assim são identificados na carteira de filiação da Colônia de Pescadores Z12 de Porto de Galinhas. Mas também, há aqueles que se apresentam como jangadeiro: “Eu trabalho com o turismo, sou jangadeiro. Mas eu era catador de aratu. Eu sustentava minha família pegando aratu, e hoje com o turismo”, é o que afirma um dos jangadeiros entrevistados.

Figura 4 – Jangadeiro do Pontal de Maracaípe, Ipojuca-PE



Fonte: Fonseca (2010)

Ainda no perfil dos Jangadeiros do Pontal de Maracaípe fica evidente o conhecimento que apresentam sobre a atividade da pesca e da diversidade das espécies de peixes, conhecendo, inclusive, a sazonalidade e os hábitos alimentares

de um grande número de peixes e espécies marítimas. Mesmo considerando o desenvolvimento da atividade de jangadeiro na condução de turistas, são pescadores e ex-pescadores que encontraram na atividade turística a sua principal fonte de renda.

E utilizam dos conhecimentos obtidos na atividade da pesca para beneficiar esta nova atividade, na medida em que conduzem a jangada com uma maior facilidade, mergulham sem dificuldade e orientam os turistas acerca das espécies vegetais e animais encontrados durante o passeio.

A trilha da história profissional destes jangadeiros, que passaram, inicialmente, pela pesca artesanal, teve início no convívio com a atividade desenvolvida por seus pais e parentes. Desta forma, dos 09 entrevistados, 05 aprenderam a pescar com parentes e familiares. Quando questionados sobre o tempo de duração que passaram desenvolvendo a atividade da pesca em sua totalidade respondem que estão envolvidos com a pesca desde a infância.

Nas falas desses jangadeiros, ressaltam-se o valor e a importância da atividade da pesca, caracterizam esta atividade como a principal atividade que sempre foi desenvolvida em Maracaípe.

Todos os entrevistados residem na comunidade de Maracaípe, em casas de alvenaria, conquistadas, em sua grande maioria, a partir do momento que passaram a desenvolver a atividade de condução de turistas. Cada uma das casas é habitada por indivíduos ligados entre si por algum grau de parentesco.

6.3 POR QUE CHAMÁ-LOS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS?

Segundo Diegues (2003), a história da pesca teve seu início nos primórdios da civilização, com a exploração dos Rios Tigre, Eufrates e Nilo, no IV milênio antes de Cristo. Sendo considerada uma atividade milenar, a pesca passou a se constituir como produto de acúmulo de informações, obtidas a partir de observações empíricas transmitidas de geração para geração.

Ainda segundo o mesmo autor:

O mar é considerado uma entidade viva por inúmeras populações marítimas que mantêm com ele um contato estreito e dele retiram sua subsistência. Essas populações humanas têm uma percepção complexa do meio marinho e seus fenômenos naturais. De um lado, há um vasto conhecimento empírico adquirido pela observação continuada dos fenômenos físicos e biológicos a ser explorados pela chamada etnociência marítima. De outro lado as explicações para tais fenômenos também passam pela representação simbólica e pelo imaginário dos povos do mar, (DIEGUES, 2003, p. 1).

Compondo esse entendimento, Diegues e Arruda (2001) relacionam como populações tradicionais não indígenas as seguintes denominações: açorianos, babaçueiros, cablocos/ribeirinhos amazônicos, caiçaras, caipiras/sitiantes, campeiros (pastoreio), jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praieiros, quilombolas, sertanejos/vaqueiros e varjeiros (ribeirinhos não amazônicos).

Para Castro (1997, p. 165), “essas populações tradicionais são consideradas produtoras de saberes e formas de manejo a eles pertinentes, essenciais na preservação da biodiversidade”.

Almeida (2001) relaciona as populações tradicionais a um tipo de grupo social que se identifica como um agente do processo de desenvolvimento sustentável que apresente um baixo impacto sobre o meio ambiente, e assim, estes são vistos pelo resto da sociedade. Esse reconhecimento de que as populações tradicionais são importantes na preservação da biosfera é elemento presente num novo estágio de mentalidade acerca preservação ambiental, aliado a necessidade de valorização dessas populações que se organizam de forma diferenciada do restante da sociedade brasileira, (SILVA, 2009).

No entanto, um dos critérios mais importantes para definir cultura ou população tradicional está no autorreconhecimento, no pertencimento a determinado grupo social em particular, passando por uma forma de identificação construída ou, algumas vezes, reconstruída, consequência das rupturas e conflitos com os detentores do poder, (DIEGUES e ARRUDA, 2001).

Mesmo que estas populações apresentem características associadas à noção do que seriam as populações tradicionais, Diegues & Arruda (2001, p. 28) sugerem a autoidentificação como um requisito ao pertencimento ou não. “Reconhecer-se

como pertencente àquele grupo social particular” é um dos critérios para se definir populações tradicionais. Além do modo de vida dessas pessoas.

7 CAPITULO 3 - A ASSOCIAÇÃO DE JANGADEIROS DO PONTAL DE MARACAÍPE E O TURISMO

O turismo no Brasil é reconhecido como uma importante atividade econômica geradora de trabalho e renda em muitos locais. Nossas diversidades culturais e belezas naturais têm contribuído em grande forma com a potencialização de muitos produtos turísticos oferecidos em nosso país.

Estatísticas divulgadas pela Organização Mundial do Turismo-OMT, revelam a importância deste como uma das atividades econômicas relevantes na atualidade.

No entanto, o seu desenvolvimento em comunidades locais vem gerando impactos consideráveis. Pois, o modelo de exploração que vem se desenvolvendo nesses territórios, visam, muitas vezes, apenas o lucro, (OMT, 2003).

Esses territórios, ao incorporarem a lógica do capital, almejam apenas a sua inserção nos circuitos de destinações turísticas. Mas esquecem, por muitas vezes, de algumas implicações socioambientais desastrosas, que são decorrentes da implicação deste modelo turístico.

Conforme evidencia Barreto (2001), a atividade turística convencional, pautada em uma exploração que almeja apenas o lucro imediato, vem acarretando graves impactos ambientais além da perda de valores culturais.

Guimarães (2003, p. 1) observa que as formas convencionais de turismo:

pouco ajudam na distribuição da riqueza internamente, pois a renda oriunda da atividade se concentra na mão de poucos. Normalmente, os maiores ganhos ficam nas grandes empresas de transportes aéreos, marítimos e terrestres, agências de viagens, hotéis, principalmente os de luxo, e restaurantes mais conhecidos. Dificilmente parte desse lucro chega na mão de residentes em municípios ou comunidades mais pobres. O paradigma, apesar de não ser verdadeiro, é de que Turismo não combina com pobreza, mas, na minha ótica, o que falta é apenas um pouco de criatividade para se promover interação e mão dupla ao Turismo.

Percebe-se, assim, que o turismo muitas vezes configura-se como uma atividade a nível global, que movimenta a economia mundial e a difusão de culturas. No entanto, em função de sua capacidade seletiva, vêm excluídos muitos desse processo.

Dias (2003) considera que uma proposta de turismo sustentável deve ser pensada a partir dos eixos: meio-ambiente, sociedade e economia. E diante dessa configuração, o turismo precisa da mobilização e participação dos atores locais e

integrantes da cadeia produtiva do turismo, sobretudo os grupos populares que possuem, na maioria das vezes, um acesso desigual aos bens econômicos e sociais.

Diante do exposto, emerge a necessidade de pensarmos o desenvolvimento da atividade turística, fundamentada em princípios de sustentabilidade, que incorpore noções de comunidade quando da preservação do patrimônio natural e cultural das localidades.

7.1 O TURISMO

O turismo, com suas explorações em massa, almejando lucros imediatos em curto prazo, demanda investimentos de grande porte e muitas vezes causa graves impactos ambientais, perda de valores culturais e o afastamento da população local dos benefícios econômicos advindos (OMT, 2003). De acordo com Barretto (2001), na última década, busca-se estabelecer modelos de exploração turística que incluam uma filosofia e ações voltadas a um desenvolvimento local sustentável.

No Brasil, de acordo com Lage e Milone (2000), a sinalização das mudanças, começa pela incorporação do turismo como política pública, tanto no nível federal quanto estadual. No nível local, os governantes dos municípios assumem projetos e ações de caráter integrado entre o *trade*, as organizações governamentais e não governamentais e se consolidam, sobretudo, como parceiros das outras esferas de governo na implantação de políticas nos municípios, (LAGE; MILONE, 2000).

Uma nova proposta de turismo surge a partir da crítica ao modelo centralizador de desenvolvimento que se consolidou na economia mundial. Esta nova proposta, capaz de se instalar nos territórios como agente de regeneração econômica, propõe um modelo que favorece a inclusão por meio da transformação social, da igualdade de oportunidades. Além de minimizar a dialética de organização da economia vigente.

Ao discutir sobre uma proposta de turismo possa favorecer tal perspectiva, Rolim (2005), apresenta uma tipologia que abrange 23 tipos de turismo: agroturismo, aventura, balneário, científico, compras, congresso, cultural, turismo ecológico, turismo de evento, turismo de férias, GLS, Incentivo e lazer, turismo marítimo, o turismo da menor idade, o turismo montanhês, o turismo religioso, o turismo rural,

entre outros. Enfim, as tipologias se constroem a partir dos interesses e das motivações dos turistas.

Nesta pesquisa, distinguiremos dois tipos de Turismo que parecem pertinentes com as discussões que aqui se atentam: o **Turismo Solidário** e o **Turismo de Base Comunitária**, sendo assim caracterizados:

7.1.1 O Turismo solidário

A proposta de Turismo Solidário, assume na prática valores e princípios da Economia Solidária e os modelos de gestão que priorizam a participação popular, com a valorização do território e o reconhecimento das diferenças étnicas, religiosas, de gênero, solidariedade e ética nas relações políticas, econômicas e sociais e de produção. De acordo com esta corrente teórica, o turismo pode ser considerado como estimulador de mudanças estruturantes e de inclusão social, quando incorpora em seu processo a preocupação de parte dos agentes do turismo, assim surgindo o conceito do chamado Turismo Solidário, (REDE BRASILEIRA DE TURISMO SOLIDÁRIO E COMUNITÁRIO, 2009).

Na maioria das destinações turísticas tradicionais, o que se tem visto recorrentemente, por meio de operações e pacotes turísticos, é um consumo padronizado e não crítico que aliena tanto a comunidade que recebe os turistas, quanto o próprio turista - que não se integra efetivamente como agente protagonista da experiência em vivência e passa a buscar somente o atendimento de desejos e possibilidades pré-fabricadas pelo mercado, contribuindo para a consolidação de um quadro de segregação econômica das populações visitadas, (GUIMARÃES, 2003).

Guimarães (2003, p. 1) alerta que:

Em todos os casos o turista pensa muito em si próprio, ou seja, no seu conforto e no prazer de satisfazer seus objetivos. É como se fosse uma via de mão única: o turista sempre quer levar algo consigo na sua bagagem, seja material, como um souvenir, ou abstrato, como a lembrança de um desejo concretizado, alguma informação ou conhecimento novo.

Para o mesmo autor as formas convencionais de turismo:

pouco ajudam na distribuição da riqueza internamente, pois a renda oriunda da atividade se concentra na mão de poucos. Normalmente, os maiores ganhos ficam nas grandes empresas de transportes aéreos, marítimos e terrestres, agências de viagens, hotéis, principalmente os de luxo, e restaurantes mais conhecidos. Dificilmente parte desse lucro chega na mão de residentes em municípios ou comunidades mais pobres. O paradigma, apesar de não ser verdadeiro, é de que turismo não combina com pobreza mas, na minha ótica, o que falta é apenas um pouco de criatividade para se promover interação e mão dupla ao turismo, (GUIMARÃES, 2003, p. 1).

Na busca de uma opção que possa reverter essa realidade o Turismo Solidário apresenta-se como um intenso promotor de transformação e de mudanças. Sua proposta objetiva é:

Mudar o caráter do turismo global, questionando o mito do turismo como gerador de emprego e renda e denunciando as políticas centradas na atração de investimentos que não levam em consideração a participação e o desenvolvimento das comunidades locais, (REDE BRASILEIRA DE TURISMO SOLIDÁRIO E COMUNITÁRIO, 2009, p. 1).

Dessa forma, como defende Guimarães o Turismo Solidário evidencia o objetivo de aliar o turismo a melhoria da qualidade de vida.

A ideia central é empreender ações governamentais e privadas no sentido de congrega pessoas físicas e jurídicas dispostas a conhecer de perto a realidade de famílias e comunidades que vivem em condições de extrema pobreza (...) para diagnosticar problemas, encontrar soluções e contribuir de forma concreta para aliviar seus efeitos. A proposta inicial é levar os interessados a ter contato com comunidades que vivem no interior (...) e se disponham a receber visitas programadas com o objetivo de colaborar na melhoria da qualidade de vida e no desenvolvimento humano e social comunitário, (GUIMARÃES, 2003, p.1).

Diante da perspectiva de que o turista possa contribuir por meios de serviços sociais e que proporcione mudanças favoráveis para comunidades que visita, no Turismo Solidário:

Os visitantes podem oferecer diferentes tipos de ajuda, conforme suas possibilidades, seja por meio de serviços sociais (ex. orientações sobre o trabalho diário, educação, saúde, higiene, culinária, etc.), ou de doações (ex. alimentação, habitação, vestuário, medicamentos, etc.). Como retorno, os visitantes desfrutam do contato com a natureza e aprendem sobre os costumes e a vida simples da comunidade, (GUIMARÃES, 2003, p. 1).

Esta proposta de turismo pode responder a uma reorientação de conduta de parte da demanda tradicional de turismo que consome a cultura, o espaço, a paisagem e não se integra efetivamente às diversas realidades encontradas nas destinações turísticas do país. Há de se considerar, ainda, que:

O sucesso a longo prazo de um empresa depende não somente do respeito rigoroso das regras do jogo econômico, mas também da referência a valores superiores, como aqueles que respeitem o homem, o meio ambiente, a honestidade (transparência e integridade) e a solidariedade (a consciência do interesse coletivo) (REDE BRASILEIRA DE TURISMO SOLIDÁRIO E COMUNITÁRIO, 2009, p. 1).

O Turismo Solidário deve conduzir o turista a uma forma de solidariedade concreta com as comunidades visitadas por meio do apoio e envolvimento a um projeto de desenvolvimento, que garanta a perenização das ações de solidariedade. Esta proposta deve se ampliar sobre as práticas, os estilos de vida e demonstrar uma mudança com relação aos valores, sendo que hoje muitos clientes estariam dispostos a priorizar produtos que demonstrem uma ação cidadã.

7.1.2 O Turismo de base comunitária

De acordo com Coriolano (2008, p. 2), “o termo comunidade vem da palavra comum e significava que a terra e os recursos existentes nos lugares podem ser desfrutados por todos, de acordo com as necessidades de cada um”. No campo do Turismo emerge a possibilidade de pensarmos no desenvolvimento dessa atividade, fundamentada nos princípios da sustentabilidade, que incorpore, a noção de comunidade quando se refere à preservação do patrimônio natural e cultural das comunidades e destinações turísticas.

Ainda para Coriolano (2005), a atividade turística é capaz de possibilitar transformações significativas nas formas de apropriação e uso do espaço pelas comunidades, quando redefine as singularidades e reorienta os usos desse espaço, torna-se necessário a adoção de modelos que considerem os atributos endógenos como principal subsídio para a implementação de estratégias e ações, (CORIOLANO, 2005).

Na prática, esta perspectiva apresenta-se bastante complexa, uma vez que a implantação de um modelo de turismo alternativo, que contraponha o modelo de exploração turística em massa, tem como alicerce os princípios da sustentabilidade e apresenta muitas dificuldades que se revelam com maior grau de intensidade em regiões marcadas pela fragilidade do poder público local, pelo baixo grau de organização social e pela desigualdade social, (LAGE; MILONE, 2000).

Conforme Luchiare (2003 apud FONTES; LAGE, 2003), nas das comunidades litorâneas, o que vem acontecendo, é uma sobreposição da ocupação turística em prejuízo da ocupação tradicional, na medida em que toma “territórios” que possuíam um valor intrínseco, como reservas extrativistas, usos complementares da atividade doméstica ou mesmo como “cenário” significativo, culturalmente, na sua maioria, sem oferecer opções para a população local.

Irving (1998, p. 32) afirma que “o desenvolvimento da atividade turística qualificada de ‘sustentável’ exige a incorporação de princípios e valores éticos, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios [...]”. Esta proposta de desenvolvimento turístico vai ao encontro do conceito de Turismo de Base Comunitária. Para Coriolano (2008, p. 5):

estudar comunidade faz-se necessário para compreender os arranjos produtivos de base comunitária ou o turismo comunitário. Um pequeno grupo de pessoas com seu modo próprio de ser e sentir, com suas tradições religiosas, artísticas, seu passado histórico, costumes típicos, seu “estilo” de vida familiar e social, suas atividades produtivas, problemas e necessidade, suas aspirações; vivendo em um mesmo lugar e tendo, sobretudo, consciência desta vida comum, tudo isso junto forma a ideia de comunidade.

A autora ainda afirma que o conceito de Turismo Comunitário surge como uma alternativa ao chamado turismo de *resorts* e dos mega-empreendimentos e como forma de evitar que os empreendedores externos se apropriem das comunidades e monopolizem os benefícios do turismo, (CORIOLANO, 2008).

Sobre as experiências de Turismo Comunitário no Brasil, Coriolano (2008, p. 13) afirma:

Muitas comunidades, especialmente no Nordeste e Norte do Brasil, as regiões mais injustiçadas socialmente, inventaram uma forma diferente de organizar a atividade, o turismo comunitário em defesa das populações litorâneas e ribeirinhas na região Norte.

Esse tipo de turismo visa a oferta de serviços e passeios, associados aos valores dos moradores locais, valorizando o rústico e não o luxo, “associado às atividades que dizem respeito à sustentabilidade sócio-espacial, priorizando valores culturais e descobrindo formas inteligentes de participação na cadeia produtiva do turismo, com produtos diferenciados (CORIOLANO, 2008, p. 13)”. Trata-se, de um turismo que não é apenas voltado ao consumo, mas a uma troca de experiências, ao fortalecimento dos laços de amizades e a valorização cultural.

7.2 COMO SE DEU ESSA INSERÇÃO NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO?

As atividades turísticas em comunidades tradicionais surgem, muitas vezes, como uma alternativa de geração de trabalho e renda, frente à impossibilidade de participação nos ganhos de grandes empreendimentos turísticos que se instalam nesses territórios. E desta forma, a pesca artesanal, que sempre foi considerada como símbolo de algumas comunidades, abre espaço para novas atividades econômicas, impulsionadas pela dinâmica do turismo local, como pode ser observado na fala abaixo:

O que me influenciou a participar desta Associação foi a necessidade, eu precisava mesmo de ter uma vaga aqui. Porque através deste ponto de jangada que hoje eu me sinto uma pessoa mais valorizada no meu lugar, porque é minha fonte de renda. Foi através da Jangada que eu hoje consigo colocar o pão de cada dia em minha mesa de forma mais suave que antes não dava, (ENTREVISTADO, 4).

Eu buscava uma renda melhor para a minha família. Acho que antes tinha mais preservação, tinha mais pesca de todo o tipo. Só que hoje em dia nós estamos vivendo outra atividade. Então, aquela coisa do mar só quando a gente quer pegar para comer e não como a gente pegava antigamente para sobreviver. Hoje em dia nós sobrevivemos do turismo. O turismo veio para ajudar, para dar uma força para construirmos uma casa melhor, comprar alguma coisa de necessidade para nossa família, (ENTREVISTADO, 5).

Essa realidade fez surgir, no ano de 1999, a atividade de condução turística em jangadas, pela Foz do Rio Maracaípe, distante aproximadamente três quilômetros de Porto de Galinhas, no Município de Ipojuca, litoral sul de Pernambuco. Sobre o surgimento da atividade, um dos entrevistados afirma:

Essa história do passeio de jangada era uma forma que eu via de começar uma atividade. Eu queria preservar a natureza, o manguezal de Maracaípe e não achava uma forma de preservar o mangue, a gente via Jet-ski,

ultraleve, lanchas tudo passeando e muitos alevinos morrendo dentro do estuário, (ENTREVISTADO, 6).

A partir dessa inquietação, o jangadeiro número seis, aqui destacado, parte de uma ação individual que evoluiu para uma ação coletiva, que privilegia, inclusive, a questão ambiental como se vê a seguir:

Então, eu adquiri uma jangada e comecei a fazer um passeio ecológico com turistas. E os turistas começaram a gostar desse passeio. Depois, chegou o Galo e o Nino. Começou a chegar essas pessoas e aí deu certo esse passeio, conseguimos preservar o manguezal e retirar as lanchas e os Jet-skis daqui de dentro junto com o IBAMA, a Marinha e também a Prefeitura, (ENTREVISTADO, 6).

Além disso, esse coletivo assegura condições mínimas de dignidade para si e suas famílias:

E aí deu tudo certo até hoje, nós somos trinta e oito jangadeiros trabalhando com essa atividade. São pais de famílias que eram pescadores, outros que não tinham o que fazer, não tinham outra atividade, não eram assalariados. Então, hoje estão todos aí trabalhando com suas famílias bem. Com casa construída, filho bem vestido, família bem preservada através desse passeio, (ENTREVISTADO, 6).

Esse grupo de jangadeiros tem sua história de vida marcada pela migração para um outro tipo de atividade, em busca de melhores oportunidades em suas vidas. Assim é que surgiu a atividade de Condução de Turista em Jangadas, em maio de 1999, quando um morador desta localidade percebeu que, assim como as jangadas eram utilizadas para a atividade de pesca, da mesma forma elas também poderiam servir de veículo para passeios turísticos oferecidos aos visitantes e turistas da Praia de Maracaípe. Em função do crescimento no número de participantes e com o objetivo de organizar os passeios, regulamentando a atividade de condução turística, no ano de 2005, foi criada a Associação dos Jangadeiros do Pontal de Maracaípe:

A gente viu que o negócio deu certo e tinha muita gente querendo entrar para ser jangadeiro, esse pessoal que já tinha uma embarcação a motor não queria que a gente ficasse. Foram na Marinha, na Prefeitura e estavam conseguindo tirar a gente que, era nativo da circulação de jangada. E daí surgiu a ideia Associação[...] resolvemos fazer a AJPM, a gente montou uma diretoria e assim formou a Associação, (ENTREVISTADO, 6).

Em julho de 2009, com vistas a possibilitar uma maior participação desses jangadeiros na gestão do estuário do Rio Maracáipe, o Núcleo de Educação Ambiental do IBAMA e o Laboratório de Aquicultura Marinha –LABAQUAC/Projeto Hipocampus, que atuam na pesquisa, cultivo e conservação dos cavalos-marinhos, no litoral brasileiro, solicitaram a realização de um curso de formação no programa de Agentes Ambientais Voluntários do IBAMA, em Pernambuco, para todos os membros dessa Associação. O que possibilitou a todos atuarem em parceria com o IBAMA, em ações de educação ambiental, junto à comunidade local e aos visitantes.

Caracteriza-se desta forma, como atividade principal desta Associação, a realização de passeios de jangada pela Foz do Rio Maracáipe, que se apresenta como um dos principais atrativos do Pontal de Maracáipe. Neste passeio, além do visitante apreciar o encontro do rio com o mar, tem-se a oportunidade de contemplar e fotografar as belezas naturais deste local. Os embarques dos passeios são realizados, considerando a capacidade máxima de 06 (seis) passageiros por embarcação, podendo ser realizado por pessoas de todas as idades, com uma duração de aproximadamente 40 minutos, possibilitando um agradável contato com a natureza.

7.3 A ATUAÇÃO DA INCUBACOOOP

O Projeto PORTURISMO-ECOSOL, desenvolvido pela INCUBACOOOP, buscou favorecer a inclusão social e econômica através do turismo e da economia solidária. Buscou-se apoiar, na região de Porto de Galinhas, organizações e/ou grupos de trabalhadores e trabalhadoras que produzissem bens ou serviços em estreita ligação com a cadeia produtiva de turismo.

Como já esclarecemos anteriormente, foram selecionados grupos produtivos que, naquele momento, evidenciavam em seus relatos a busca de apoios na perspectiva de consolidarem-se como organização, objetivando aperfeiçoamento na qualidade dos produtos ou serviços. É nesse contexto que, no ano de 2011, a INCUBACOP se aproxima do grupo, dando início às primeiras reuniões nas ações do Projeto de Incubação de Empreendimentos Turísticos na Cadeia Produtiva do Turismo - PORTURISMO-ECOSOL.

Inicialmente, foram empreendidas reuniões com o grupo, no próprio local de trabalho, levantando informações referentes aos passeios de jangada e à organização da Associação. Posteriormente, em um outro momento, foram levantadas informações inerentes à gestão da Associação, parcerias e perspectivas futuras.

No decorrer das atividades, o Projeto PORTURISMO-ECOSOL foi apresentado, bem como algumas ações anteriormente desenvolvidas pela INCUBACOOOP. Foram levantadas, neste momento, questões relativas às principais dificuldades, necessidades e potencialidades da Associação, e quais seriam suas perspectivas frente a este Projeto.

Muitos relatos evidenciavam uma grande desconfiança para com o Projeto, e, a cada momento, eram feitas referências às parcerias anteriormente realizadas. No entanto, era unânime a necessidade de organização do grupo frente à oportunidade que o Projeto possibilitava. Com o aceite da grande maioria, para início das ações do processo de Pré-incubação, ficaram definidas as datas de encontros e as estratégias de divulgação da Associação. Além de uma proposta de pesquisa de satisfação junto aos turistas.

Com a realização dos encontros semanais, passaram a ser empreendidas discussões acerca de uma maior motivação dos Associados e uma maior inserção desses grupos na Cadeia Produtiva do Turismo desta região. Todos os integrantes passaram a vivenciar processos significativos de produção de sinergia, sendo, então, assinado por todos eles, o termo de compromisso junto a esse processo de incubação.

Em função de ingerências de diretorias anteriores, a falta de recursos financeiros no caixa da Associação era um assunto recorrente, e fez surgir discussões acerca da realização de passeios com vistas às contribuições mensais para o fortalecimento financeiro do caixa e futuro suprimento das despesas necessárias para a regularização documental.

Nesse sentido, ficou instituída a realização de passeios, visando contribuições mensais, onde cada participante realizaria, a cada dia do mês, o primeiro passeio. Essas contribuições financeiras possibilitaram a regularização do Alvará de Funcionamento, a quitação dos débitos com a Receita Federal - referente aos anos anteriores - e a contratação dos serviços de contabilidade. Também, o custeio de

despesas inerentes à quitação de débitos por serviços prestados e despesas com deslocamento.

Ainda, a partir das ações Projeto PORTURISMO-ECOSOL, foram realizadas atividades de capacitação e acompanhamento visando à organização jurídica da Associação, gestão dos recursos naturais e economia solidária. Além de construções acerca de uma maior diversificação dos serviços oferecidos e melhor atendimento aos turistas.

Buscou-se, a partir de uma doação, a construção e instalação de uma cabine com a utilização dos bilhetes para a venda dos passeios. Essa iniciativa possibilitou uma melhor organização no controle do fluxo de caixa e de atendimento aos turistas, como também a inserção de dois associados na realização dos serviços de atendimento ao turista e venda de bilhetes. Também, visando uma maior divulgação desta atividade em empreendimentos hoteleiros de Porto de Galinhas, realizou-se a produção coletiva, impressão e distribuição de panfletos, cartazes, folders, placas e sinalizações.

As iniciativas e ações de Incubação, empreendidas de forma coletiva durante a atuação, possibilitaram aos associados uma maior motivação com vistas a uma melhor organização financeira e fiscal da Associação, contribuindo para a ampliação das expectativas de possibilidades de melhoria nos serviços de condução de turistas, inclusive na possibilidade de definirem estratégias de trabalho com vistas à minimização do impacto da sazonalidade.

8 CAPITULO 4 - A FALA DOS JANGADEIROS

Para registrar depoimentos dos participantes da pesquisa em torno de pontos, tais como sua trajetória ocupacional, sua visão sobre associativismo/cooperativismo, suas impressões sobre o trabalho da INCUBACOOOP, foi fundamental a utilização de um roteiro de entrevista semiestruturado. Todas as informações levantadas foram realizadas nos momentos de entrevistas e nas visitas empreendidas ao Pontal de Maracaípe, durante todo o período da pesquisa.

Como esclarecemos anteriormente, foram selecionados entre os trinta e oito Jangadeiros, nove residentes, na Vila de Maracaípe.

8.1 DE PESCADOR A JANGADEIRO

A maioria dos entrevistados afirmou que a principal atividade desenvolvida por seus pais sempre foi a pesca, e que, por sua vez, aprenderam com seus avós, configurando a cadeia de transmissão do saber nas camadas populares, como se vê nos relatos a seguir apresentados:

Minha mãe me sustentou catando aratu e fazendo costura de redes de pesca. Quem quisesse fazer uma tarrafa, ela fazia, (ENTREVISTADO, 1).

Meus pais são todos os dois pescadores, (ENTREVISTADO, 4).

Meu pai pescava e trabalhava. Ele passou muito tempo trabalhando como trabalhador rural. Trabalhava para o Estado, capinava e fazia todo o serviço, (ENTREVISTADO, 5).

Meu pai é agricultor e minha mãe é catadora de marisco, (ENTREVISTADO, 6).

Meu pai cortava cana dois a três dias, era trabalhador rural. Minha mãe tirava contas no palhão, (ENTREVISTADO, 8).

Meu pai tirava coco e a minha mãe não tem profissão, (ENTREVISTADO, 9).

Quando questionados acerca de sua profissão, afirmam que são jangadeiros. No entanto, alguns fazem questão de enfatizar acerca de suas atividades relacionadas com a pesca. É o que podemos perceber nas falas abaixo:

O período da baixa temporada é quando estou longe da vez e vejo que não vou rodar com a jangada. Aí eu vou pescar um polvo. Pego a minha tarrafa, vou pescar uma sauna, uma tainha. A pesca para mim é fundamental em minha vida, (ENTREVISTADO, 3).

Hoje eu não pesco mais. Porque antes eu pescava e vivia da pesca. Hoje se eu disser a você que eu pesco. Eu pesco para mim mesmo, para consumo, para comer. Mas para pescar mesmo para sobreviver de pesca, não, (ENTREVISTADO, 4).

Jangadeiro não é profissão, sou pescador, (ENTREVISTADO, 5).

Sou pescador ainda, desenvolvendo essa atividade no período de chuva, porque tem que procurar o peixe, (ENTREVISTADO, 8).

Atualmente, todos exercem, na Associação de Jangadeiros do Pontal de Maracaípe-AJPM, a atividade de condução de turistas em jangadas. Ao serem questionados sobre qual era sua atividade principal, antes de se integrar à AJPM, alguns informaram que desenvolviam atividades relacionadas com a pesca e a coleta de crustáceos:

Eu sustentava minha família pegando Aratu para vender e fazer casquinho de Caranguejo. Era pescador de crustáceo. Trabalhava a semana toda, sábado e domingo e vendia na praia a casquinha de caranguejo, (ENTREVISTADO,1).

Eu trabalhava com criação de camarão, (ENTREVISTADO, 2).

Antes de entrar nessa Associação minha atividade principal era pescar polvo e vender casquinha de siri na praia. (ENTREVISTADO, 3).

Eu pescava caranguejo, (ENTREVISTADO, 4).

Eu desenvolvia a Pescaria, (ENTREVISTADO, 5).

A atividade da pesca artesanal foi um dos temas abordados nas entrevistas com os jangadeiros. Quando perguntados sobre o que é a pesca artesanal, os entrevistados colocam:

É pescar aquele peixe e vender para o nosso sustento. É porque a gente pegava, a gente vivia do manguezal, pegava lá aquela quantidade todo dia e é dali que a gente trazia a nossa alimentação, (ENTREVISTADO, 1).

A pesca artesanal é coletar sem a destruição do meio ambiente. O uso de materiais como bombas, redes ilegais com malhas menores, isso para mim não é pesca artesanal, (ENTREVISTADO, 2).

Acho que é a pesca feita com nossos materiais. Porque eu vou, pesco com uma tarrafa é uma pesca artesanal. Pesco com um gereré, também é uma pesca artesanal, (ENTREVISTADO, 3).

É pescar um peixe na linha, de mão, o caranguejo arrancar mesmo no braço[...] Pescar uma sauna pescar na rede certa, pra mim o certo é pescar no direito certo, (ENTREVISTADO, 9).

Segundo Ramalho (2006), os pescadores artesanais trabalham na beira de rios e estuários, na coleta manual de mariscos, sururus, caranguejos, ostras, utilizando para a captura, as mãos, pés e, no máximo, instrumentos como foices, facão, físgas e outros. Utilizam barcos menores, as baiteiras, movidas a remo e/ou velas.

Pelo fato de alguns terem sido pescadores ou até mesmo ainda o serem. Quando questionados qual a relação do trabalho desenvolvido pela AJPM, com a pesca artesanal, alguns responderam:

Um trabalho de educação e também de fins lucrativos. Nosso objetivo é fazer um turismo sustentável e mostrar a essas crianças e aos nossos filhos a importância que tem a preservação do mangue. E através disso, aí a gente ganhar nosso pão de cada dia. A gente pesca o Cavalo-Marinho, mas não é uma pesca predatória, a gente não leva, a gente pesca para mostrar e depois devolver. Mesmo assim eu considero uma pesca, (ENTREVISTADO, 3).

Não, nenhuma relação trabalho de pescador com a AJPM]. Porque turista é turista e pescador é pescador, é outra associação. Aqui é associação de jangadeiro, e jangadeiro não tem nada a ver com pescadores não, (ENTREVISTADO, 9).

Ainda de acordo com Ramalho (2006), os pescadores artesanais embarcados são sujeitos sócio-históricos, que se apropriaram de maneira bastante peculiar de um recurso ecológico particular, por ter seu uso livre e por sofrer mudanças ambientais constantes. Utilizam tecnologias artesanais (barcos, jangadas e redes), independentes de possuí-las ou não. Os pescadores artesanais produzem essencialmente para o mercado, estando subordinados a uma rede de atravessadores, funcionando dentro de um sistema de parceria, regido por laços de pertencimento a uma parentela, sem que seja na unidade doméstica.

No entanto, há no grupo participante dessa pesquisa aqueles que afirmam que o jangadeiro que foi pescador desenvolve uma melhor atividade de condução de turistas:

No bom comportamento e na recepção ao turista porque ele vai ter uma organização melhor, (ENTREVISTADO, 2).

Quando eu vim trabalhar de remar jangada, antes na pesca eu já fazia isso e assim ficou mais fácil. Quem é pescador hoje e vai trabalhar no turismo, na atividade de conduzir jangada, tudo é mais fácil para ele, porque já exercia essa atividade, (ENTREVISTADO, 3).

O saber tradicional do pescador proporciona a esses um melhor desempenho na nova atividade de jangadeiros, como relata os entrevistados abaixo:

Um pescador nativo é bom porque ele sabe expressar para o turista sobre a espécie do peixe.[...] Esse conhecimento eu aprendi como pescador e passo para o turista[...]Faz muita diferença esse conhecimento que a gente aprendeu com nossos pais a gente já passa para os turistas e eles acham muito interessante, (ENTREVISTADO, 1).

Quem já foi pescador com certeza nas atividades e na prática já é mais esperto do que aquelas pessoas que começam hoje. É mais desenrolado. Isso conta muito na atividade, você já sabe mergulhar, já sabe na atividade de remar a jangada. Então é isso aí, porque uma pessoa que começa hoje aí com os passeios de jangada não vai ter a prática que eu tenho de jeito nenhum. Esse conhecimento de pescador me ajuda muito mesmo, (ENTREVISTADO, 4).

O modo de conduzir a jangada, de remar do conhecimento do dia a dia do mergulho e tudo foi através dos conhecimentos antigos, que nos já tínhamos na pescaria. E isso ajudou na atividade porque fez a gente ser mais profissionais. Os turistas perguntam sobre os nossos conhecimentos sobre a maré e outras coisas. A gente explica o que sabe a eles, (ENTREVISTADO, 5).

Sim a qualidade do passeio é bem melhor. Porque o jangadeiro vai fazer uma pescaria que não vai precisar estar pegando para vender o peixe. O conhecimento dele como pescador ele nunca vai esquecer, ele nas horas vagas, quem é pescador não desiste nunca de pescar ele vai estar no mar pescando à noite e durante o dia fazendo atividade turística, (ENTREVISTADO, 6).

Ajuda porque vai passando para o turista o que é um gegeré, uma isca, que o siri é carnívoro e diz que a gente já pescou daquilo ali. É mais fácil explicar para o turista que não sabe de nada, (ENTREVISTADO, 9).

Esse saber do pescador, fundamentado no trabalho desenvolvido por esses jangadeiros, possibilitou um uso diferenciado do espaço aquático do pontal de Maracaípe. No entanto, ao debater acerca do valor e reconhecimento da atividade dos pescadores, esses percebem a atividade, na esfera da representação social, como algo difícil e sem valor. Como explicam:

[...] é uma vida muito sofrida, pois as pessoas exploram muito o pescador. Ele pega um barco desse a motor, divide em duas ou três partes e quem ganha é o “pombeiro” aquele que compra o peixe e já vende por outro preço. Assim o pescador é uma vida muito sofrida, (ENTREVISTADO, 1).

A principal dificuldade é o meio de vida do pescador. Muitos pescadores pegam o barco, vão para o mar e passam de quatro a cinco dias, não tem um local adequado para dormir, passam por um grande risco de um navio passar por cima e não tem nenhum conforto. Além de ser uma pesca que puxa muito pelo pescador e é arriscada, (ENTREVISTADO, 3).

A dificuldade da pescaria é quando a pessoa vai fazer a pesca e não consegue pegar o peixe, a dificuldade é essa. Você luta para ter aquela pesca e nada, (ENTREVISTADO, 4).

Aqui ninguém ganhava dinheiro tudo mundo pescava, toda praia. Todo pescador dependeu do peixe não para vender mais para comer. Esse era o meio de vida da gente, não tinha quem comprasse nada, (ENTREVISTADO, 5).

De acordo com Lukács (1978), o cotidiano pesqueiro é resultante das respostas conferidas pelos pescadores, de acordo com o avanço do capitalismo sobre as áreas costeiras. De modo que as ações do capital não se dão de modo linear, nem tampouco, uniformizadas. No entanto, essas ações terminam por incidir na depredação e exclusão dos pescadores das áreas de pescaria.

Na pesca eu ficava no objetivo de pegar aquela quantidade de levar para casa agora com o turismo é diferente. É difícil de trabalhar com eles, pois é um pensamento diferente. Uns se agradam do seu trabalho e gostam, mas outros por você está cobrando esse valor ele já pensa que você está explorando ele. Aí eu falo para o turista, você não está pagando para ver apenas o cavalo marinho não. Você está pagando para ver toda essa beleza, para ver os crustáceos. Porque o foco deles é só o cavalo marinho, (ENTREVISTADO, 8).

Entretanto, o fato de estarem realizando a atividade de condução de turistas melhorou em alguns aspectos relacionados à condição de vida que tinham anteriormente, como explicam esses jangadeiros:

Você fica uma pessoa mais desenrolada, perde mais o acanhamento, por que você estar lidando com todo o tipo de pessoas. Então isso para mim é fundamental, hoje em dia se eu fizer uma entrevista com mil pessoas eu não tenho tanto nevorsismo como eu tinha antigamente, porque é o dia adia da gente é lidar com pessoas, (ENTREVISTADO, 3).

Melhorou para mim a forma de explicar as coisas, as pessoas. O conhecimento é bom e cada vez eu você vai se aperfeiçoando vai se buscando mais o conhecimento. Isso aí para mim foi o melhor. O modo de se comunicar com as pessoas que não se tinha e isso para mim mudou, (ENTREVISTADO, 5).

Hoje eu não sou mandado por ninguém, eu faço o meu passeio em paz, não recebo ordem, a única coisa que eu faço é dar explicação para o pessoal, (ENTREVISTADO, 7).

Mas, a principal melhoria, segundo eles, ainda reside na questão financeira:

Mudou tudo. Hoje em dia eu dou mais conforto a minha família. Hoje em dia eu dou uma boa educação ao meu filho, pago uma escola particular que

antes eu nunca tive isso. Hoje em dia meu filho tem a vida que eu não tive a vinte e cinco anos atrás, (ENTREVISTADO, 3).

Rapaz depois dos passeios de jangada, minha vida mudou bastante. Assim na parte da dificuldade financeira que eu tinha. A dificuldade de sustentar a família melhorou muito minha casa, minhas roupas hoje. Posso ajudar também a minha própria família, irmão, irmã, sobrinho. Tudo isso me ajudou bastante, (ENTREVISTADO, 4).

Muitas coisas mudaram. Hoje eu posso sonhar pelo serviço hoje que eu represento na Associação de Jangadeiros do Pontal. Antigamente nem isso passava pela mente de você sonhar em ter alguma coisa, ter um teto. Hoje eu tenho conforto devido ao turismo, que antes não tinha, (ENTREVISTADO, 7).

8.2 ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA POR QUE E PARA QUÊ?

De acordo com Buarque (2002), os processos de globalização, a diversificação econômica e o avanço acelerado das tecnologias da comunicação passaram a diversificar também os atores sociais e suas formas de organização.

Na Vila de Maracaípe, a criação dos passeios de jangada no Pontal surgiu como uma forma alternativa de geração de trabalho e renda, a partir da iniciativa de pescadores desta Vila, que passaram a desenvolver essa nova atividade produtiva conduzindo turistas em jangadas, anteriormente utilizadas na atividade pesqueira.

Callou (2006, p. 3) explica que “diante das frágeis condições de organização social, particularmente nos contextos rurais” o Estado tem usado a participação de comunidades organizadas em cooperativas, associações, sindicatos, entre outros, como estratégia de desenvolvimento.

Percebe-se, a partir dos relatos dos entrevistados, que esta iniciativa começou de forma acanhada, porém, com o passar do tempo outros pescadores despertaram interesse pela atividade:

Começou com dois jangadeiros fazendo um passeio ecológico aí acharam interessante esse peixe que é um peixe raro, o Cavalinho marinho, assim surgiu esse passeio. Começaram fazendo um passeio ecológico sem apresentar o cavalo marinho, passeando e vendo essa paisagem[...]. Assim acharam interessante aí pegou a moda e todo mundo agora só vem mais para ver o Cavalinho Marinho, (ENTREVISTADO, 1).

O passeio de jangada surgiu entre os pescadores voltando da pesca no mar para dentro do estuário. E passando á beira mar que tem sempre turistas, alguns turistas ofereceram dinheiro para que fosse feita a travessia para o outro lado da margem, para fazer fotos. E ao quererem ir um pouco mais a frente para conhecer o estuário. Daí em diante se levantou a possibilidade do jangadeiro que iniciou isso a locomover uma equipe de sete pessoas

para começar a ganhar dinheiro, fazendo esse passeio turístico[...] (ENTREVISTADO, 2).

Entretanto, com o passar do tempo, outros moradores da Vila perceberam nessa atividade uma possibilidade do aumento da renda e forçaram a entrada no grupo, como relata o entrevistado 6:

A ideia de criação da Associação surgiu a partir de mim e de Galo. A gente viu que o negocio deu certo e tinha muita gente querendo entrar para ser jangadeiro, esse pessoal que já tinha uma embarcação a motor não queria que a gente ficasse. Foram na Marinha, na Prefeitura e estavam conseguindo tirar a gente que era nativo da circulação de jangada . E daí surgiu a ideia da Associação.[...] Então resolvemos fazer a AJPM, a gente montou uma diretoria e assim formou a Associação, (ENTREVISTADO, 6).

Segundo Coriolano (2009), a saída, em muitas comunidades, para questões problemáticas está na construção de outras formas de turismo que passem por uma concepção de participação e no fortalecimento dos sujeitos sociais. Consideramos importante o estímulo aos processos de organização das pessoas para o exercício de atividades produtivas, no caso o turismo em muitas dessas comunidades, como uma resposta ao turismo invasor indesejado, de natureza excludente e mantenedor do status quo.

A partir da criação da AJPM, o grupo de 38 jangadeiros passaram a desenvolver uma nova atividade produtiva para a qual não haviam sido treinados. A falta de uma formação para atuarem com o turismo apresenta-se como a principal dificuldade inicial, como podemos observar na fala:

[...]Então eu chamava meus colegas nativos para fazer a atividade e eles não queriam fazer, porque não sabiam conversar com os turistas. Então eu disse, vai lá basta só mostrar o manguezal, que isso que eles querem ver. E daí o Nino chegou, depois chegou o Galo, depois foi chamando Leo também. E Leo foi quem começou junto comigo [...], (ENTREVISTADO, 6).

No inicio a única formação que eu recebi foi o conselho que meus primos dos meus amigos, para tratar o pessoal direito na jangada, (ENTREVISTADO, 7).

Embora a dificuldade inicial de tratar com turistas fosse um complicador naquele momento, os jangadeiros evidenciam que a necessidade financeira foi a principal motivação que influenciou você a participar nesta associação:

A principal motivação para entrar na Associação foi fonte de renda. Como eu conto para os turistas, antes a minha vida era bastante sofrida. Eu tinha que começar na segunda-feira a pescar o aratu porque o turismo aqui era muito pouco. No tempo em que eu vendia era R\$ 2,50 o quilo. Se fosse entregar no restaurante. Pagariam pouco [...], (ENTREVISTADO, 1).

O que me influenciou a participar desta Associação foi a necessidade, eu precisava mesmo de ter uma vaga aqui. Porque através deste ponto de jangada que hoje eu me sinto uma pessoa mais valorizada no meu lugar, porque é minha fonte de renda. Foi através da Jangada que eu hoje consigo colocar o pão de cada dia em minha mesa de forma mais suave que antes não dava, (ENTREVISTADO, 4).

Eu buscava uma renda melhor para a minha família [...]Hoje em dia nós sobrevivemos do turismo. O turismo veio para ajudar, para dar uma força para construirmos uma casa melhor, comprar alguma coisa de necessidade para nossa família, (ENTREVISTADO, 5).

Um fenômeno que também foi possível identificar nessa pesquisa é que, após a criação da Associação, outros aspectos referentes à melhoria da qualidade de vida na comunidade foram evidenciados para outros grupos de trabalhadores, como explicam esses jangadeiros:

Antes poucos jangadeiros tinham suas casas e suas casas eram de barro e hoje todos têm suas casas de tijolos, bem equipadas com tudo que eles desejavam ter dentro de suas casas. Eles têm hoje equipamentos eletrônicos, casa completa e antes eles não tinham como obter esse dinheiro com a pesca. Trouxe também benefícios para as meninas que trabalham com artesanato e também para os guias mirins que hoje trabalham junto com a gente. Hoje a Associação colabora com a comunidade também na organização de festas aniversário do local. Agente sempre esta presente colaborado com o pessoal, (ENTREVISTADO, 2).

Houve com certeza tanto no lado do comercio como também no lado da educação. Os nossos filhos e as crianças da comunidade não sabiam a importância do mangue, o que era o mangue. Hoje e dia através da Associação junto com as professoras sempre trazem essa informação para a comunidade. E isso é muito importante, saber o que é o mangue e a importância que o mangue tem em nossas vidas, (ENTREVISTADO, 3).

O emprego se desenvolveu mais, não tinha emprego para a gente, a gente vivia só da pesca e na tinha como coisa alguma para dentro de casa, só o peixe. E agora graças a Deus nos temos trabalho. Dá para manter a nossa família, (ENTREVISTADO, 5).

De acordo com Almeida e Silva (2001), o turismo, para gerar desenvolvimento local, deve incluir as populações locais, de forma a contribuírem na formação de uma consciência crítica e responsável, que atue sobre o meio ambiente de forma sustentável e positiva, tanto no estabelecimento da atividade quanto na melhoria da

qualidade das famílias. Desta forma, é importante que os gestores do turismo estimulem o desenvolvimento local nas ações desenvolvidas com esses grupos.

Quando perguntados sobre o que a Associação poderia fazer para melhorar a qualidade de vida dos Associados e da Comunidade, alguns reforçam a importância da participação e das questões ambientais:

O que a gente pode fazer é conscientizar as pessoas para que cuidem da natureza. O que luto muito e digo aos jangadeiros quando eles dizem que não recebem por isso. Aí eu digo rapaz bota na cabeça de vocês que agente recebe. A gente cuidando disso aqui Deus dá em dobro. Se agente não deixar colocar lixo no mangue. Não deixar colocar os esgotos dentro do manguezal e construir essas casas em local irregular a gente tem só a ganhar, (ENTREVISTADO, 1).

Ter mais união entre si, mais partilha, mais presença nas reuniões, como debater o que vai se discutir, onde todos possam opinar e chegar a uma conclusão apoiada pelos associados, (ENTREVISTADO, 2).

O que a Associação poderia fazer é buscar os nossos direitos, nossos objetivos e passar o que nos temos para os nossos amigos para nossos vizinhos. Não pensar só na gente mais pensarmos no próximo, (ENTREVISTADO, 3).

A associação deveria sair mais, buscar mais objetivos para dentro da Comunidade, que está precisando e não tem quem vá representar essas coisas. A associação tem poder para isso e estar precisando sair um pouco para correr atrás disso, (ENTREVISTADO, 6).

Segundo Ruschmann (2000), é importante que o poder público se comprometa com o planejamento sustentável do turismo, processo que pode diminuir consideravelmente o número de impactos negativos gerados pela atividade, tais como a depredação do patrimônio histórico e natural, além de conflitos entre a população local e o turista. Porém, sabe-se que a questão ambiental não deve ser considerada apenas em função do turismo, mas sim voltada a atender às necessidades da população local.

8.3 ATUAÇÃO DA INCUBACOOP: ESTRUTURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Os processos de incubação de grupos populares devem estar fundamentados em planejamentos construídos de forma participativa, entre os componentes destes grupos e os técnicos de incubação. É pertinente lembrar que os processos de incubação são temporários e muito além das variáveis econômicas, as dimensões políticas e sociais devem ser contempladas na busca por melhores indicadores.

Nesse sentido, visando à superação de um modelo de heterogestão, alicerçado na burocracia e que se encontra instalado em nossa sociedade atual, os processos de incubação devem primar por uma metodologia autogestionária.

Nesses processos de autogestão, a participação efetiva dos membros nas tomadas de decisão são extremamente importantes, entendendo a participação como algo abrangente, por considerar três vetores básicos: o fazer parte, pertencer à organização, o ter parte, os membros destes grupos terem o sentido da propriedade comum, e o tomar parte, isto é, tomar decisões, (TINOCO, 1993).

No que se refere à atuação da INCUBACOOOP, percebe-se que ao descreverem o trabalho que foi desenvolvido pela mesma, os jangadeiros demonstram que vivenciaram ações educativas e de organização, pautadas no diálogo, com foco na valorização e respeito à natureza.

A gente teve mais noções do acontecimento. A gente agora tem mais consciência que temos que cuidar mais disso aqui e que nem toda a hora é só o dinheiro, e também o cuidado que temos que ter com a natureza. Isso que vocês passaram foi muito importante para a gente, (ENTREVISTADO 1).

A INCUBACOOOP foi muito interessante, ela conseguiu colocar em nossa mente aquilo que a gente não tinha. Muitas vezes sabe-se que nos pescadores não tivemos privilégio de estudar como muitos estudaram. Através da Incubadora ela trouxe para agente como ser mais educado, preservar o meio ambiente, dar valor aquilo que nos fazermos, fazer com amor, fazer com carinho. E também trouxe toda uma organização para agente. A gente se organizou mais através da INCUBACOOOP, (ENTREVISTADO, 3).

Eu considero que o trabalho desenvolvido pela Incubadora foi um ótimo trabalho, a gente estava precisando de um trabalho desses. [...] A gente estava precisando porque estava muito desorganizado. E a gente estava precisando que chegasse um grupo desses que trabalha junto a Associação para poder contribuir com melhorias para a gente, (ENTREVISTADO, 4).

Sobre as principais contribuições que o processo de incubação trouxe para a AJPM foi possível identificar que alguns jangadeiros consideram que a INCUBACOOOP proporcionou melhorias na organização funcional da Associação, além da inovação com criação de estratégias para melhor atendimento aos turistas. É isso que se explica nos comentários abaixo:

[...] vocês trouxeram aquela solução da cabine, onde o próprio turista vai lá na cabine comprar os ingressos e depois que aconteceu essa contribuição o atendimento turístico ficou bem melhor, o controle com o dinheiro ficou bem melhor para a gente também[...] (ENTREVISTADO, 3).

Considero que as principais contribuições do processo de incubação foram os cursos que foram desenvolvidos, a parte da organização do atendimento aos turistas com a implantação da cabine, com as fichas, com os folders que foram produzidos, as informações que vocês trouxeram também, junto com o grupo. Além da parte de organização dos nossos documentos que também não estava legal foi muito bom, isso foi ótimo e muitas coisas que os jangadeiros aprenderam e que não sabiam, (ENTREVISTADO, 6).

Para a Associação a INCUBACOOP trouxe contribuições. Você hoje vê que a cabine está aí, os jangadeiros estão saindo na hora certa, não está saindo naquela bagunça que era antes. Hoje está mais organizada como era antes, através de vocês a Associação da gente está mais tranquila hoje, (ENTREVISTADO, 7).

Há aqueles jangadeiros que evidenciam em seu discurso o fortalecimento da identidade do grupo:

[...] A nossa Associação se fortaleceu muito através desse trabalho que vocês fizeram com a gente. A gente viu que foi um trabalho honesto que vocês fizeram conosco [...], (ENTREVISTADO, 1).

A INCUBACOOP trouxe mais benefícios para a Associação e mais conhecimentos e isso aí fortaleceu o nosso grupo quanto jangadeiro. Fortaleceu também em termos de conhecimento [...], (ENTREVISTADO, 5).

A participação nas atividades do Processo de Incubação foi levantada por um dos entrevistados:

[...] É muito difícil quando se trabalha em grupo, a união de todos não é igual. Bom seria que todos tivessem bem focados no que estava para acontecer e estava para ajudar. Mas nem todos estavam afim de ir para as reuniões, ter conhecimento, ter mais reconhecimento do trabalho. Eu acho que a gente tem que ir a todas reuniões, porque através das reuniões nos vamos buscando mais conhecimento [...], (ENTREVISTADO, 5).

À medida que as incubadoras de cooperativas valorizam os trabalhos coletivos, possibilitam um processo de inserção social para que estes grupos consigam um maior nível de organização. Nesse sentido, o envolvimento da universidade como um dos instrumentos de mediação, contribuiu na AJPM, para a consolidação de laços sociais.

Quando indagados se a Universidade está preparada para desenvolver esse trabalho com os jangadeiros, eles responderam:

Rapaz, um trabalho como esse que vocês fizeram com a gente se outras comunidade enxergasse esse trabalho, muitos só tinha só a crescer. Com qualquer grupo a Universidade tem capacidade de trabalhar. Porque a gente viu que foi um trabalho honesto, e o que vale é a honestidade e ela

trabalhou honestamente conosco, pois teve muitos trabalhos que entraram aqui em Maracáipe e não tiveram a honestidade que vocês tiveram conosco, (ENTREVISTADO, 1).

Sem dúvida nenhuma nem só para os jangadeiro como para outras associações que estão aí sofrendo é muito importante porque através de vocês pode-se fazer um grande negócio, (ENTREVISTADO, 3).

Sim, a Universidade esta preparada com certeza. Preparada não só fazer um trabalho com essa Associação, mas com qualquer outra, (ENTREVISTADO, 4).

Com a intenção de analisar o desempenho do trabalho desenvolvido pela INCUBACOOOP, os jangadeiros foram perguntados sobre a sua consideração acerca do que haviam vivenciado nesse processo de incubação. Eles responderam:

Considero que teve bastante melhorias, melhorou bastante mesmo. Na atenção ao turista que antigamente não tinha, mais união para o Grupo dos Jangadeiros depois que a INCUBACOOOP entrou uniu bastante agente dos jangadeiros que era muita briga. Foi a melhor coisa que teve foi a INCUBACOOOP na Associação, (ENTREVISTADO, 4).

Eu acho que uma pessoa que venha a trabalhar com grupos como o nosso deve ter a cabeça centrada no trabalho. Precisa ter um pouco do conhecimento do que vai falar para o pessoal do que vai mostrar para que o passeio seja bem divulgado lá fora. Acho que a INCUBACOOOP só trouxe benefícios para a gente, trouxe conhecimento, para fortalecer o nosso grupo, (ENTREVISTADO, 5).

Eu considero a INCUBACOOOP como uma grande parceira. Teve um diferencial muito grande levando a gente a conhecer outros grupos, (ENTREVISTADO, 6).

Vocês estão de parabéns, através de vocês que hoje que a Associação está organizada. A Associação está com as jangadas todas pintadas, jangadeiros todos com seus cestos de lixo que antes não tinha. O manguezal da gente todo limpo, que não tinha antes, coordenador tudo certo e hoje a gente está mais tranquilo, através de vocês [...], (ENTREVISTADO, 7).

Os entrevistados também propuseram algumas sugestões que pudessem melhorar o trabalho que foi desenvolvido pela INCUBACOOOP:

A opinião que eu dou para essas pessoas que tem o mesmo trabalho que a gente faz, em grupo é que acate aos trabalhos de vocês e levem em consideração como a gente levou, (ENTREVISTADO, 3).

A minha sugestão é para que as pessoas tivessem mais consciência. Que se dedicassem mais a todo o tipo de trabalho que viesse da INCUBACOOOP. Por que eu acho que agente ficou devendo, as vezes tinha muitas reuniões e não estava todos do grupo. Que todos se dedicassem mais para ser ter

mais força, ter mais conhecimento para não ter tanta polemica no trabalho, (ENTREVISTADO, 5).

A sugestão é unir a INCUBACOOOP com a gente e a gente se unir com as Associações locais, que são Associações de bugueiros, Associação de jangadeiros de Porto de Galinhas que são coisas que dentro do município está precisando. Juntar a Associação já que trabalhar com o Cavalo Marinho com o Projeto Hipocampus que é um parceiro muito forte também e que pode nos ajudar bastante e junto com a Prefeitura. E juntando tudo isso com os hotéis a gente trabalha bem mais tranquilo com o turismo, (ENTREVISTADO, 6).

O trabalho desenvolvido pela INCUBACOOOP junto a AJPM os levou a almejar uma formação melhor, possibilitando uma reflexão acerca do desenvolvimento de suas atividades na condução de turistas, muito além da lógica do turismo competitivo, buscando uma lógica de turismo que possibilitasse construção do desenvolvimento local através da atividade turística.

Isso nos remete à necessidade de um trabalho de Incubação de grupos populares, comprometido com os processos de gestão do desenvolvimento local e com o compromisso de oferecer assistência técnica permanente, cumprindo os princípios e objetivos da Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER, 2010). No entanto, com a descontinuidade das ações do Projeto PORTURISMO-ECOSOL, os jangadeiros, de certa forma, tiveram o processo de incubação interrompido. Essa questão pode ser observada na fala do entrevistado 1:

Esses jangadeiros aqui que desacreditavam, pensavam que pessoas que viam para cá só era para tirar o que agente tinha. Mas não, vocês vieram com a força de vocês, com a inteligência que vocês tem na pratica e na teoria trazer para a gente. A gente só tem a agradecer. Mas acho que agente precisa passar também o crédito que vocês passaram para a gente e a honestidade que vocês passaram para os jangadeiros e que trabalharam honestamente e não foi negócio de política não. Foi negocio limpo mesmo. Vendo que nos temos pouca capacidade de estudo vocês vieram e passaram essa capacidade de estudo para agente. Que pena que os jangadeiros quando vieram acreditar nisso o contrato tinha acabado. Que pena não é ?, (ENTREVISTADO, 1).

Segundo Almeida e Silva (2001), são de extrema importância que os gestores do turismo estimulem o processo do desenvolvimento local, através da mobilização desses atores sociais, incentivando a participação e a inclusão dos mesmos em processos educativos. Para que as atividades turísticas possam gerar desenvolvimento local, deve incluir as populações locais, de forma a contribuir para

a formação de uma consciência crítica e responsável, atuando sobre o ambiente de forma sustentável e positiva, tanto para o estabelecimento da atividade quanto para a melhoria da vida das famílias que residem nas comunidades locais. No entanto, a continuidade das ações de assistência técnica é ponto fundamental também para o desenvolvimento local.

9 CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi analisar o trabalho de incubação junto a um grupo de pescadores artesanais, relacionando a incubação com a abordagem de assistência técnica e extensão rural, no momento em que este grupo se organiza para desenvolver algumas atividades produtivas no contexto do turismo no Pontal de Maracaípe – Pernambuco. Nos objetivos específicos, buscamos identificar as contribuições do processo de incubação para a AJPM, executado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – INCUBACOOB, da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. Também analisamos as aproximações entre o processo de incubação a grupos populares e a extensão rural, e as estratégias metodológicas também utilizadas como processo de incubação, que são inerentes ao trabalho de extensão rural, como prática de apoio a uma comunidade tradicional de pescadores em suas atividades com turismo.

Atendendo ao objetivo de analisar o trabalho de incubação junto a um grupo de pescadores artesanais foi possível, inicialmente, constatar que esses jangadeiros estão ainda caracterizados como uma população de pescadores, porque mantêm as atividades da pesca, mesmo que às vezes, com menos frequência, mas cuja forma de viver é fruto de um contexto cultural onde nasceram e se desenvolveram até chegarem à idade adulta. Se alguns, de fato, não exercem mais a atividade de pesca, todavia estão intimamente ligados à cultura pesqueira, e desenvolvem suas atividades na Vila de Maracaípe, e, desde muito cedo, aprenderam a atividade da pesca com familiares e amigos.

Ainda foi possível concluir que houve um crescimento da atividade turística na região de Porto de Galinhas e, por consequência, na Praia de Maracaípe, e assim, esses pescadores encontraram, na condução de turista em jangadas, uma nova atividade produtiva para garantirem a sobrevivência de suas famílias. Considerados tradicionais, passaram a utilizar seus conhecimentos técnicos, obtidos na pesca, na nova atividade como trabalhador do turismo.

Segundo a literatura consultada, nas últimas décadas, muitas comunidades de pescadores artesanais têm-se pauperizado, e muitas vezes isso se deve a fatores ligados ao modelo de exploração econômica, que passa pela inviabilização de suas formas tradicionais de viverem e produzirem. Uma das mais fortes marcas da influência negativa do modelo capitalista sobre a vida e a prática das comunidades

pesqueiras está na especulação imobiliária em áreas litorâneas, exploração predatória em áreas de pesca e depredação ambiental.

A saída, muitas vezes, para estas questões está na construção de outras formas e estratégias de sobrevivência. Uma dessas formas de apoio às alternativas de sobrevivência está nas formas associativistas de organização. Neste sentido, o apoio externo, através da metodologia de incubação mostrou-se pertinente. A participação e fortalecimento desses sujeitos sociais e o estímulo aos processos de organização das pessoas para o exercício de atividades produtivas vieram juntos com a atividade de turismo sustentável - ao contrário do turismo convencional que aparece como um modelo invasor, predador e de natureza excludente.

Entendemos que a experiência da Associação dos Jangadeiros do Pontal do Maracaípe representa um processo de construção coletivo, podendo ser considerada como um esforço ao desenvolvimento local, na medida em que mobilizou integrantes da comunidade, com vistas a utilizarem suas capacidades e experiências na geração de novos postos de trabalho, estimulando a valorização do crescimento profissional, o que foi possível pela mediação do processo de incubação, realizado pelo INCUBACOOP, da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Nesse sentido, a partir deste estudo, foi possível confirmar que as experiências associativas, voltadas aos princípios da Economia Solidária, podem favorecer a inclusão socioeconômica junto às diversas cadeias produtivas e, em especial, neste caso do Turismo, destacando, sobretudo, a dimensão econômica, ou seja: criação e consolidação de oportunidades de trabalho e de renda.

Desta forma, buscamos articular a dimensão do desenvolvimento local, com a abordagem da extensão rural, da incubação de grupos populares e a necessidade de respeito e valorização do conhecimento local.

Consideramos pertinente pensar que o processo de incubação desenvolvido pela INCUBACOOP junto à Associação dos Jangadeiros do Pontal de Maracaípe atende aos princípios da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural-PNATER, desenvolvendo seus trabalhos fundamentados em metodologias participativas, em processos educativos, diálogo de saberes e práticas sustentáveis. Além de possibilitar a mobilização de grupos e iniciativas populares em processos de organização e participação na perspectiva da Economia solidária. Ao mesmo

tempo em que, sendo um trabalho realizado por um segmento de uma universidade pública, reforça a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

Desta forma, fizemos, no âmbito deste estudo, uma relação à Extensão Rural, atribuindo ao processo incubatório de segmentos populares a pertinência de pensá-los como extensão rural.

Entendemos que a experiência desenvolvida no projeto PORTURISMO-ECOSOL pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares-INCUBACOOP da UFRPE, representa uma possibilidade de contribuição para reflexões sobre um modelo de Extensão Universitária, fundamentado nos princípios da Economia solidária, que pode contribuir para a definição de uma abordagem no campo da assistência técnica e extensão rural, no contexto de comunidades tradicionais.

A incubação realizada com este grupo trouxe a contribuição principal de fortalecer a gestão do processo de turismo para o desenvolvimento local e, a partir deste projeto estudado, foi possível visualizar que as ações de políticas públicas e assistência técnica, voltadas para esses povos tradicionais, podem ser campo de prática de extensão universitária.

As contribuições do processo de incubação para a AJPM foram executadas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – INCUBACOOP, da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. Além do fortalecimento deste grupo produtivo, a Associação fez algumas aproximações entre o processo de incubação a grupos populares e à extensão rural.

Consideramos que as estratégias metodológicas - também utilizadas como processo de incubação que são inerentes ao trabalho de extensão rural, como prática de apoio a uma comunidade tradicional de pescadores em suas atividades com turismo -, extrapolaram na possibilidade de que essa organização para o turismo também os condiciona ao fato de que, ao estarem organizados, podem partir para busca de outras conquistas sociais que sejam importantes para o desenvolvimento das comunidades de onde são oriundos.

Assim, com os resultados da pesquisa foi possível compreender melhor a dimensão do trabalho com grupos populares, reconhecendo que o bom andamento deste tipo de ação exige muita dedicação, o que significa - em trabalho de acompanhamento -, escolhas de metodologias adequadas para a perspectiva de resultados de empoderamento e emancipação dos grupos apoiados. Faz-se necessário, também, respeitarmos o tempo de cada grupo, não achando que novas

ideias vão revolucionar o grupo do dia para a noite. É pertinente que cada nova ideia seja discutida com o grupo e que, estimulados, busquem suas próprias soluções.

No entanto, esta pesquisa suscita a necessidade de novos estudos que analisem o trabalho de incubação junto a grupos tradicionais, relacionando a incubação com a abordagem de assistência técnica e extensão rural, identificando como essas populações estão se apropriando da proposta de turismo e a contribuição dessas para o desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. A.; SILVA, M. F. O Turismo rural transformando os papeis do grupo familiar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 3., 2001, Piracicaba. **Anais...** Piracicaba: FEALQ, 2001.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

BRASIL. Camara dos Deputados. Projeto de Lei nº 5740/2013, de 10 de junho de 2013. Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Anater, 2013. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=BC160BBE90CC45058C34A673B983D1E7.node1?codteor=1098053&filename=PL+5740/2013>. Acesso em: 1 ago. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Extensão**. Brasília, DF, 1999.a

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária-PNATER. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato20072010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em: 25 jul. 2013.

BRASIL/MEC/UFRN. “XIII Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste. Documento Final.” Natal, 1995.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretária Nacional de Economia Solidária, Atlas de economia Solidária no Brasil, Brasília, 2006.

BUARQUE, S. **Construindo o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Geramond, 2002.

CALLOU, A. B. F. **Extensão rural: polissemia e memória**. Recife: Bagaço, 2006.

_____. **A Voz do mar: construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela Missão do Cruzador “José Bonifácio” (1919-1924)**. 1994. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CANCLINI, N. G. "Culturas Híbridas y Estrategias Comunicacionales." SEMINÁRIO "FRONTEIRAS CULTURALES: IDENTIDADES Y COMUNICACIÓN EN AMÉRICA LATINA", 1996, Quarta edição. São Paulo: Edusp 2006. p.109-128.

CANDIOTTO, L. Z. P.; CORRÊA, W. K. Ruralidades,urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br>>. Acesso em: 12 jun. 2008.

CAPORAL, F. R. "Lei de Ater: exclusão da agroecologia e outras armadilhas". **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 23-33, ago./dez. 2011.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. "**Da extensão rural convenciaonal à estensão rural para o desenvolvimento sustentável**: enfrentar desafios para romper a inércia." 2006. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2008.

CARNEIRO, M. J. Ruralidades: novas identidades em construção. **Estudos sociedade e agricultura**.n. 11. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1998. p. 53-75.

CASCUDO,L. da C. **Jangadeiros**. Rio de Janeiro: SAI, 1957.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.). **Faces do trópico úmido**: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio-ambiente. Belém: Editora Cejup, 1997. cap.1, p. 221-242.

CORAGGIO, J. L. Política social y economía del trabajo.**Alternativa a la política neoliberal para la Ciudad**. Zinacantepec, Estado de México, El Colegio Mexiquense, 2003.

CORIOLOANO, L. M. T. "O Turismo comunitário no nordeste brasileiro". In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária**: diversidades de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. cap.1, p. 277-301.

CUNHA,L. H. de O. O Pescador artesanal na ótica do urbano-industrial. **Revista Raízes - Revista de Ciências Sociais e Econômicas**,UFPB-II, Campina Grande, v. 5, n. 7, p. 50-100, jun. 1988.

DIAS, R.; AGUIA, M. **Fundamentos do turismo**: conceitos, normas e definições. São Paulo: Alínea, 2002.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: Nupaub/USP, 2001. (Série Biodiversidade, 4).

DIEGUES, A. C. S. Aspectos sociais e culturais do uso dos recursos florestais da Mata Atlântica. In: SIMÕES, L. L.; LINO, C. F. (Org.). **Sustentável mata atlântica: a exploração de seus recursos vegetais**. São Paulo: Ed. SENAC, 2002, p. 135-158.

DIEGUES, A. C. S. et al. **Povos e águas: inventário de áreas úmida**. 2. ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 2002.

DIEGUES, A. C. S. Interdisciplinaridade nos estudos do mar: o papel das ciências sociais. In: SEMANA DE OCEANOGRAFIA, INSTITUTO OCEANOGRÁFICO DA USP, 15., 2003, São Paulo. **Anais...** São Paulo: nUPAUD, 2003. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/interdis.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2013.

DUBEUX, A. M. “Incubação de grupos de catadores de resíduos sólidos, compartilhando conhecimentos e construindo inovação social”. In: ZANIN, M.; GUTIERREZ, R. F. (Org.). **Cooperativa de catadores** : reflexões sobre práticas, São Carlos, SP: Claraluz, 2011. cap.5, p.137-168.

FIDEM. **Litoral de Pernambuco: um estudo Propositivo-versão preliminar**. Recife, 2013.

FINEP. Termo de referência. 2009. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=programas_proninc>. Acesso em: 1 jul. 2013.

FONTES, E. O.; LAGE, C. S. “Apropriação do espaço pelo turismo em Sauípe e seu impacto no desenvolvimento local”. In: CORIOLANO, L. N. M. T. et al. **Turismo comunitário e responsabilidade sócio-ambiental**. Ceará: EDUCE, 2003. cap.2, p 92-101.

FRANCO, A. de. **“Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável”**. 2. ed. Brasília, DF: Instituto de Política, 2000. p. 36-37.

FÚSTER, L. F. **Intruducción a la teoria y técnica del turismo**. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

GANDAVO, P. de M. **Tartado da terra do Brasil e história da provincia de Santa Cruz**. Rio de Janeiro: Edição do Anuário do Brasil, 1924.

GODOY, A. S. “Introdução à pesquisa qualitativa e sua possibilidades”. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, SP, v. 35, n. 2, p.57-63, mar./abr. 1995.

GUIMARAES, S. F. “Turismo solidário. Com Ciência. **Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**. 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/presencadoleitor/artigo10.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

IBGE. **Infográficos: Dados gerais do município**.2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=260720>>. Acesso em: 1 jul. 2013.

ICAZA, A. M. S.; TIRIBA, L. Economia popular. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Editora Veraz, 2003. cap.2, p. 101-109.

IRVING, M. A. Turismo e ética: premissa de um novo paradigma. In: CORIOLANO, L. N. M. **Turismo com ética**. 2. ed. Ceará: FUNECE, 1998.

JESUS, P. de; MANCE, E. “Exclusão/Inclusão”. In: CATANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre, RS: Veraz Editores, 2003. cap. 3, p. 149-153.

JESUS, P. de. Sobre desenvolvimento local e sustentável: algumas considerações conceituais e suas implicações em projetos de pesquisa. In: MACIEL FILHO, A. do R.; PEDROSA, I. V. (Org.). **Gestão do desenvolvimento local sustentável**. Recife: Editora Edupe, 2006.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

LECHAT, N. M. P.; SCHIOCHET, V. Economia da dívida. In: CATANI, A. D. **A Outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

LIMA, I. S.; ROUX, B. “As Estratégias de comunicação nas políticas públicas de assistência técnica e extensão rural para agricultura familiar no Brasil”. In: CIMADEVILLA, G. **Comunicación, tecnología y desarrollo: trayectorias**. Rio Cuarto: Universidad nacional do Rio Cuarto, 2008.

LIMA, P. C. S. “**Desenvolvimento local e turismo no Pólo de Porto de Galinhas**”. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquiteutura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: LUKÁCS, G. et al. (Org.). **Temas de ciências humanas**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

MCINTYRE, J. P.; BERGONSI, S. M.; FORTIN, M. E. “Proposta de modelo de intercooperação de incubação de cooperativa”. **Revista UNIRCOOP**, Québec, Canadá, v. 2, n. 1, 2004.

MELO, J. F.N. **Extensão Universitária é Trabalho**. João Pessoa: Editora Universitária FPB, 2004.

MENDONÇA, L. C. de (Org.). **A invenção de Porto de Galinhas: história, empreendedorismo e turismo**. Recife: Persona, 2004.

MTUR – Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo – 2007-2010**. Brasília, 2007.

OMT. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável.** Porto Alegre: Bookmann, 2003.

OURIQUES, H. R. “A produção do turismo: fetichismo e dependência”. In: _____. **O turismo na periferia do capitalismo.** São Paulo: Alinea, 2005. cap. 1, p. 35-68.

PEREIRA, A. J. **Sustentabilidade turística:** uma análise dos problemas de gerenciamento na faixa de praia em Porto de Galinhas-PE. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE.

PEREIRA, M. T. **Agricultura urbana e periurbana e qualidade de vida.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

PIRES, A. H. B.; LIMA, I. de S. “A abordagem agroecológica na extensão rural: ferramenta político-metodológica para reflexões sobre o desenvolvimento local”. In: LIMA, I. de S. (Org.). **Extensão rural e o desenvolvimento local:** uma proposta metodológica para a relação da teoria com a prática. Recife, PE: UFRPE, 2012.

POLETO, I. (Org.). **Cadernos cáritas:** mística e espiritualidade. Brasília, DF: Cáritas Brasileira, 2003.

RAMALHO, C. W. N. **Ah, esse povo do mar!:** um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. Recife: Polis, 2006.

RAMEH, L. M. Extensão rural, desenvolvimento local e turismo: análise das ações da política nacional de assistência técnica e extensão rural. 2009. Total de folhas. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Recife, PE

REDE BRASILEIRA DE TURISMO SOLIDÁRIO E COMUNITÁRIO. Disponível em: <<http://redebonja.cbj.g12.br/ielusc/rbtsc/conceituacao.htm>> Acesso em: 20 nov. 2013.

ROLIM, V. **Tipos de turismo.** 2005. Disponível em: <<http://www.etur.com.br>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável:** a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 2000.

SABOURIN, E. et al. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009.

SABOURIN, E. **Sustentabilidade da agricultura e multifuncionalidade:** reflexão sobre alternativas a partir do caso do semi-árido brasileiro. Aracaju: Encontro de Ciências locais Norte, Nordeste, 2003.

SANTO, F. B. E. **Políticas públicas para o turismo rural e desenvolvimento local:** a aplicação do programa de regionalização do turismo-roteiros do Brasil, em

Goiana, PE. 2006. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE.

SCHÜTZ, G. D.; GAIGER, L. I. “O mister de reapreender os vínculos entre a economia e a vida social”. In: LAUDEMIR, L. Z.; SANTOS, J. C. (Org.). **Educação e sócio-economia solidária. Interação universidade. Movimentos Sociais**. Cáceres, MT: Unemat, 2006. (Série Sociedade Solidária, v. 2).

SILVA, J. S. “Experiência de uma organização governamental nas comunidades pesqueiras do Ceará”. **Rural, extensão pesqueira: desafios contemporâneos**. Recife: Bagaço, 2003.

SILVA, J. A. da. **Direito ambiental constitucional**. 7. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2009.

SINGER, P. Economia solidária. In: CATTANI, D. (Org.). **A Outra economia**. Porto Alegre: Editora Veraz Ltda, 2003.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

TEIXEIRA, O. A. O processo de proletarização da pequena produção pesqueira na capital: algumas evidências. **Revista Raíze - Revista de Ciências Sociais**, ano, 9, Campina Grande, v. 5, n. 7, jun. 1988.

TINOCO, J. E. **A participação no processo de gestão: reflexões sobre a prática**. Recife: UFRPE, 1993. (Série Textos Acadêmicos, n. 2).

VASCONCELOS, G. J. S.; DIAS, C.; SILVA, E. S. “A incubadora tecnológica de cooperativas populares da ufrpe: uma nova experiência de extensão universitária”. 2002. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/lcbeu_anais/anais/trabalho/a_incubadora.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2013.

VASCONCELOS, G. O. S. **As Políticas públicas e o desenvolvimento das comunidades de pescadores e pescadoras no interior de Pernambuco**. 2009. Total de folhas. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE.

WANDERLEY, M. de N. B. (Org.). **O Mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.

APÊNDICE 1 - Roteiro de Entrevista Semi-estruturada com Jangadeiros

Local, data e hora:

1º Bloco: Identificação

1-Nome:

2-Sexo()M ()F

3-Idade:

4-Onde nasceu?

5-Qual sua Escolaridade?

() Analfabeto () Fundamental Incompleto () Fundamental Completo

() Médio incompleto () Médio completo () Superior Incompleto

() Superior Completo

6-Qual a profissão de seus pais?

7-Qual a sua profissão?

8-Qual era sua atividade principal antes de integrar essa Associação?

9-Durante quanto tempo desenvolveu essa atividade?

10-Há quanto tempo você mora na Comunidade de Maracaípe?

2º Bloco: Organização e Participação Política

2.1 Organização produtiva:

1-Alem da associação de Jangadeiros,você participa de alguma outra associação produtiva? Se sim, qual(is)? (cooperativas, associação, etc)

2-Você possui algum cargo na direção da AJPM, ou de outra organização? Se sim qual?

3-Qual a relação do trabalho realizado por essa Associação com a pesca artesanal?

2.2 Organização política:

1-Você participa de alguma organização política? Se sim qual(is) (sindicatos, colônia de pescadores, conselhos municipais etc.)

2-Possui algum cargo na direção dessa organização? Se sim, qual?

3-Qual a relação dessa organização que você participa com o seu trabalho no Turismo?

3º Bloco: História, identidade e trabalho:

3.1 Trabalho na pesca:

- 1- Qual a principal atividade que sempre foi desenvolvida nesta comunidade?
- 2- O que representa a atividade da pesca para você?
- 3- Você já foi ou ainda é pescador. Se ainda é, em qual período você desenvolve mais a atividade da pesca?
- 4- Como começou a desenvolver a atividade da pesca?
- 5- Com quem você aprendeu?
- 6- Como você avalia o trabalho do pescador? Quais as principais dificuldades?
- 7- Você já foi beneficiado por alguma política pública para pescadores?
- 8- De que forma, o conhecimento da pesca artesanal pode ajudar na atividade turística desenvolvida pela AJPM?

.

3.2 Trabalho no turismo:

- 1- Como e por que surgiu os passeios de jangada do Pontal de Maracaípe ?
- 2- Há quanto tempo surgiu os passeios de jangada para turistas no Pontal de Maracaípe?
- 3- O que influenciou você a participar da Associação?
- 4- Você recebeu algum tipo de formação para trabalhar com turistas?
- 5- Que tipo de dificuldade você encontra no seu trabalho?
- 6- De que forma os conhecimentos obtido com a atividade da pesca, beneficiam sua nova atividade?
- 7- O que mudou na sua vida quando você passou a realizar passeios de jangada?
- 8- Como avalia o trabalho de condução de turistas comparado com o trabalho de pescador?
- 9- Houve alguma mudança na vida da comunidade depois que foi criada a Associação? Se sim, quais?

4º Bloco aspirações para o futuro :

- 1- Na sua opinião o trabalho com o turismo melhorou ou piorou a sua vida? Em que?
 - moradia
 - vida familiar
 - renda

2-O que a Associação pretende fazer para a melhoria da qualidade de vida dos Associados e da Comunidade?

5º Bloco : a experiência com a INCUBACOOP

1-Como você descreve o trabalho desenvolvido pela INCUBACOOP?

2-Qual a sua apreciação sobre que vivenciou neste processo?

3- Você acha que a Universidade está preparada para desenvolver esse apoio?

4-Que sugestões poderiam ser dadas para melhorar um trabalho como esse?

APÊNDICE 2 - Roteiro de Entrevista Equipe Incubacoop e Projeto Porturismo-Ecosol

Local, data e hora:

Nome:

Principal atividade:

Questões Propostas:

01- Qual a sua relação com o Projeto PORTURISMO-ECOSOL?

02- Como você vê o trabalho de incubação realizado junto a Associação dos Jangadeiros do Pontal de Maracaípe?

03- Houve, no seu entendimento, alguma mudança de comportamento por parte dos associados no que diz respeito à organização desta Associação?

04- No seu entendimento, quais as principais dificuldades e conquistas junto a esse grupo no processo de Incubação?

05- Como você descreve a relação das ações de incubação desenvolvidas com a AJPM com as ações de Extensão rural e Assistência técnica junto a povos tradicionais?